



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

----- Aos vinte e seis dias do mês de Fevereiro de dois mil e dez, nesta Vila de Coruche, Auditório do Museu Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Coruche, em Sessão Ordinária, cuja Mesa era composta pelo seu Presidente José João Henriques Coelho, pelo Primeiro Secretário Nelson Fernando Nunes Galvão e pela Segunda Secretária Ana Patrícia Caçador Palma (Partido Socialista).-----

----- Verificou-se a presença dos seguintes Deputados Municipais:-----

----- Mara Lúcia Lagriminha Coelho, Filipe Claro Justino, Joaquim Filipe Coelho Serrão, Osvaldo Manuel dos Santos Ferreira, Luísa Pinheiro Portugal e Artur Fernando Salgado (Partido Socialista).-----

----- Edite Maria Pardal do Vale Santos Formigo, Fernando Aníbal Serafim, Armando Rodrigues e António Joaquim Soares (Coligação Democrática Unitária).-----

----- Abel Manuel de Matos Alves dos Santos e Gonçalo André Ramos Ferreira (Movimento Independente de Cidadãos por Coruche).-----

----- Joaquim Rodrigo dos Santos Paulino (Presidente da Junta de Freguesia do Biscainho - Partido Socialista), Francisco Guilherme Godinho (Presidente da Junta de Freguesia da Branca - Partido Socialista), Jacinto Amaro de Oliveira Barbosa (Presidente da Junta de Freguesia de Coruche - Partido Socialista), Luís Alberto Ferreira (Presidente da Junta de Freguesia do Couço - Coligação Democrática Unitária), Ilídio António Martins Serrador (Presidente da Junta de Freguesia da Fajarda - Coligação Democrática Unitária) e Joaquim Gonçalves Banha (Presidente da Junta de Freguesia de Santana do Mato - Partido Socialista).-----

----- Não estavam presentes os seguintes Deputados Municipais: Isabel Maria Bernardina Ferreira, Ernesto Cordeiro e José Fernando Constantino Teles (Partido Socialista), José Nogueira da Silva Casanova e Liliana Catarina Barroso de Sousa (Coligação Democrática Unitária), José Manuel Conceição Meirinho de Jesus (Partido Social Democrata), Mário Isidro das Neves Ribeiro (Presidente da Junta de Freguesia da Erra) e António Vaz da Venda (Presidente da Junta de Freguesia de São José da Lamarosa) - Partido Socialista.-----

----- O Presidente da Assembleia deu conhecimento dos seguintes pedidos de substituição, de conformidade com os Artigos 78.º e 79.º da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei N.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro:-----

----- A Deputada Municipal Isabel Maria Bernardina Ferreira fez-se substituir por José Dionísio, membro a seguir na lista do Partido Socialista.-----

----- O Deputado Municipal Ernesto Cordeiro fez-se substituir por Sérgio Manuel Teles, membro a seguir na lista do Partido Socialista.-----

----- O Deputado Municipal José Nogueira da Silva Casanova fez-se substituir por Rui Miguel Friezas Aldeano, membro a seguir na lista da Coligação Democrática Unitária.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

----- A Deputada Municipal Liliana Catarina Barroso de Sousa fez-se substituir por Mafalda Sofia Marques Mateus Fonseca, membro a seguir na lista da Coligação Democrática Unitária. ---

----- O Deputado Municipal José Manuel Conceição Meirinho de Jesus fez-se substituir por Liliana Sofia Neves Ferreira dos Santos Pinto, membro a seguir na lista do Partido Social Democrata, por impossibilidade de presença de Francisco Artur Gomes Gaspar. -----

----- Verificado o quórum, com a presença de vinte e seis membros, o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão às vinte e uma horas e vinte minutos, com a seguinte **Ordem do Dia**:-----

----- **PONTO UM - APROVAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;** -----

----- **PONTO DOIS - CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA - DESIGNAÇÃO DE DEZ CIDADÃOS DE RECONHECIDA IDONEIDADE;** -----

----- **PONTO TRÊS - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA;** -----

----- **PONTO QUATRO - CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL - ELEIÇÃO DE UM AUTARCA DE FREGUESIA;** -----

----- **PONTO CINCO - PROPOSTA DE REGULAMENTO DAS TAXAS MUNICIPAIS;**-----

----- **PONTO SEIS - II ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO AO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL;**-----

----- **PONTO SETE - INTEGRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CORUCHE NA FUNDAÇÃO ALTER REAL;** -----

----- **PONTO OITO - I ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2010;**-----

----- **PONTO NOVE - ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO.** -----

----- Estavam ainda presentes o Presidente da Câmara, Dionísio Simão Mendes e os Vereadores, Francisco Silvestre de Oliveira, Maria de Fátima Raimundo Galhardo, Célia Maria Arsénio Barroso da Cruz Ramalho e Tiago Portugal Neto Capaz. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APROVAÇÃO DE ACTAS DE SESSÕES ANTERIORES:-** O Presidente da Assembleia colocou à apreciação a acta da sessão extraordinária de 27 de Novembro de 2009. -----

----- O Deputado Municipal António Soares referiu que não consta na acta o pedido de substituição do Deputado Municipal José Nogueira da Silva Casanova pelo membro a seguir na lista da Coligação Democrática Unitária, Rui Miguel Friezas Aldeano.-----

----- O Presidente da Assembleia colocou à votação a acta com a alteração proposta. -----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte e um votos a favor (catorze do PS, cinco da CDU e dois do MIC) e cinco abstenções (três da CDU - Deputados Municipais Luís Alberto, Rui Aldeano e Mafalda Fonseca; uma do PS - Deputado Municipal José Dionísio e uma do PSD), aprovar a presente acta. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

----- **A partir deste momento os Deputados Municipais José Fernando Constantino Teles e Mário Isidro das Neves Ribeiro (Partido Socialista), passaram a participar nos trabalhos, sendo vinte e uma horas e trinta minutos.**-----

----- **A Assembleia passou a ter a presença de vinte e oito membros.** -----

----- O Presidente da Assembleia colocou à apreciação a acta da sessão ordinária de 18 de Dezembro de 2009. -----

----- Foram solicitadas as seguintes alterações à acta:-----

----- O Deputado Municipal Gonçalo Ferreira solicitou que na folha 28, linhas 17 e 18, onde se lê “serem sustentados e que os coruchenses ainda não conhecem”, deve-se ler “serem insustentáveis e que os coruchenses simplesmente não conhecem”. -----

----- O Deputado Municipal Osvaldo Ferreira solicitou que na folha 28 verso, linha 25, onde se lê “erros estratégicos” deve-se ler “eixos estratégicos”. -----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues solicitou que na folha 15 verso, linhas 10 e 11, onde se lê “condições do espaço onde nos encontramos para podermos consultar os documentos.”, deve-se ler “condições neste espaço onde nos encontramos para podermos consultar os documentos, sujeitos à discussão.” -----

----- Em relação à folha 19, linhas 15 a 20, discordou do texto da acta, dado que não relata o sentido da sua intervenção. -----

----- O Presidente da Assembleia referiu: Uma coisa é aquilo que o Senhor Deputado quis dizer e outra coisa é aquilo que consta em termos de gravação. -----

----- Não vou permitir a repetição do que aconteceu no mandato de 2001/2005. Andámos com comissões para fazer as actas, no fim nem aprovadas eram e caiu tudo em cima da Mesa da Assembleia. Isso não vai acontecer mais. -----

----- Podemos fazer correcções às actas, é perfeitamente legal e razoável, mas vamos fazê-las dentro do padrão daquilo que está gravado.-----

----- Isto fica claro como água aqui e hoje, dia 26 de Fevereiro de 2010. -----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues usou da palavra. -----

----- O Presidente da Assembleia salientou: Queria chamar a atenção do Senhor Deputado Armando Rodrigues para que tem de falar para o microfone. Assim a sua intervenção não fica gravada e não constará da acta. -----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues proferiu a sua intervenção.-----

----- O Presidente da Assembleia colocou à votação a acta com as alterações propostas. -----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com dezanove votos a favor (catorze do PS, três da CDU e dois do MIC), um voto contra da CDU (Deputado Municipal Armando Rodrigues) e oito abstenções (quatro da CDU - Deputados Municipais Rui Aldeano, Edite Formigo, Mafalda Fon-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

seca e António Soares; três do PS - Deputados Municipais Sérgio Teles, Luísa Portugal e Jacinto Barbosa e uma do PSD), aprovar a presente acta.-----

----- A Deputada Municipal Luísa Portugal apresentou a seguinte declaração de voto:-----

----- “A minha abstenção tem a ver com a minha ausência nesta sessão ordinária de 18 de Dezembro de 2009.”-----

----- O Deputado Municipal Jacinto Amaro apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “A minha abstenção deve-se ao facto de não ter estado presente na sessão a que respeita a acta”. -----

----- O Presidente da Assembleia deu conhecimento da **correspondência** com o registo número um a quarenta e cinco, cujo mapa foi distribuído a todos os Deputados Municipais. -----

----- Destacou o Processo N.º 224/08.2TACCH - Inquérito “Obra do Edifício do Observatório do Sobreiro e da Cortiça”, tendo referido o seguinte: “Este despacho já foi proferido, está à disposição de todos e merece ser lido, porque entendo que vem na linha daquilo que não deve ser feito ou de decisões que não devem ser tomadas numa Assembleia Municipal”. -----

----- Seguidamente deu a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues usou da palavra. -----

----- O Deputado Municipal Abel Santos apresentou o **Voto de Pesar** que a seguir se transcreve:-----

----- “O MIC associa-se à dor e ao sofrimento do Povo Madeirense, resultado da enorme tragédia, que se abateu sobre aquela parcela de território Nacional, solidarizando-se com o Governo Regional e toda a População, esperando que não falte nenhum apoio à total recuperação da ilha. O MIC envia às famílias enlutadas pela perda dos seus entes-queridos as mais sentidas condolências, pedindo a Deus que guie a Madeira neste momento de provação.” -----

----- Referiu ainda: Proponho à Mesa, se assim o entender, que transforme este Voto de Pesar do MIC numa Moção que possa ser votada pela Assembleia.-----

----- O Presidente da Assembleia referiu: Possivelmente irão aparecer outras Moções nesse sentido. É nossa intenção fazer sair da Assembleia uma única Moção em relação à tragédia que ocorreu na Madeira.-----

----- O Deputado Municipal António Soares referiu: Relativamente às condições da sala, com franqueza, na primeira vez que aqui me sentei parti do princípio que era devido a algumas obras que estivessem a decorrer no edifício dos Paços do Concelho e achei perfeitamente normal. Mais tarde apercebi-me que é perspectiva continuarmos aqui durante todo o mandato. -----

----- Não é um assunto para se propor à aprovação, porque a maioria irá aprová-lo. -----

----- Queria dizer que não vou introduzir este tema em todas as Assembleias em que participar, mas é ponto assente que, enquanto aqui reunirmos, estarei contra esta situação. Penso que o edi-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

fício dos Paços do Concelho nos diz muito a todos nós e é uma pena que a Assembleia tenha de reunir regularmente fora do mesmo. -----

----- Por outro lado, as condições que temos nesta sala são muito más. Atrevo-me a dizer que para ler uma declaração que pretendo apresentar, deveria ter duas mãos para segurar o microfone e duas mãos para segurar os papéis. Se tivéssemos uma mesa podia haver um suporte para o microfone, como tem a própria Mesa da Assembleia.-----

----- Não cabe na minha cabeça que tenhamos de usar esta sala, a não ser em situações extraordinárias, para realizar as sessões da Assembleia.-----

----- Seguidamente apresentou, em nome do Grupo Municipal da CDU, a **Declaração** que a seguir se transcreve:-----

----- “Orçamento de Estado do Ano de 2010 - PIDDAC/Concelho de Coruche-----

----- Perante a crise que o país atravessa, em que o Concelho de Coruche não é exceção, assistimos uma vez mais, ao estrangulamento das verbas para o Concelho de Coruche, por parte do Governo, através do PIDDAC, para o ano em curso. O Governo do Partido Socialista, com maioria agora reforçada, na Assembleia da República, reforço dessa maioria por parte do PSD e CDS, vieram a decretar que para o Concelho de Coruche que o investimento é zero.-----

----- Com a inclusão das obras para o Concelho, propostas pelo PCP/CDU, viriam concerteza contribuir, para minimizar os efeitos dessa crise, no que respeita ao emprego e ainda proporcionando um desenvolvimento económico, de acessibilidades e bem estar, que o Concelho bem precisa.-----

----- Assistimos, já lá vão uns bons anos, certamente bem mais de meia dúzia, não preciso as datas porque a memória já lá não vai, em que um enorme staff, técnico e político, do Governo da altura, também PS, acompanhados pelo Senhor Presidente da Câmara de Coruche, Presidente da Assembleia Municipal, Presidente da Junta de Freguesia e demais eleitos desses órgãos, todos ligados ao Partido do Governo PS, mobilizaram a população da Freguesia da Lamarosa através do Senhor Presidente da instituição Lar de São José da Lamarosa, este naturalmente cheio de boa fé, para assistir à colocação da 1ª pedra, para a construção de valência Lar, dessa mesma instituição.-----

----- Não faltou, para além dos discursos de circunstância, assolados de grandes promessas, a entrega de um cheque em público pelo então Presidente da Junta de Freguesia, ainda hoje a exercer o mesmo cargo e pertencendo à mesma força política.-----

----- Talvez quisessem, apressadamente, continuar o trabalho e colaboração, que a Câmara Municipal e Junta de Freguesia, então CDU, tinham feito até aí, para a concretização da obra do Centro de Dia, já em funcionamento.-----

----- Daí para cá, temos assistido a todo o tipo de manobras e promessas, obrigando a que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

pouco que foi feito esteja em plena degradação, assistindo-se a um continuar de chumbos a projectos, sempre com o objectivo de a obra não obter financiamento, e por sua vez, não dar às populações mais idosas, um pouco de conforto, para minimizar o seu esforço por toda uma vida de trabalho.-----

----- O investimento previsto para esta obra é zero.-----

----- Centro de Dia do Couço, uma vez mais adiada a sua construção, mas aí, tendo em conta a sua localização será fácil perceber, a falta de verbas.-----

----- O investimento previsto para esta obra é zero.-----

----- Construção da passagem desnivelada, Estrada Nacional 114-3, Estação da Agolada, agora com um maior fluxo de trânsito ferroviário, com a ligação de passageiros de Coruche/Lisboa, serviço deveras propagandeado, pelo executivo PS na Câmara Municipal, em período eleitoral. --

----- Agora que é necessário uma maior segurança, aos utilizadores da Estrada Nacional 114-3, junto à Estação da Agolada, não só pelo fluxo de trânsito, vindo da jovem e em franco desenvolvimento, Freguesia da Fajarda, como pela ligação privilegiada, através do nó da Auto-Estrada, nos Foros de Salvaterra.-----

----- Mas também aqui o Governo PS, optou pelo investimento zero. -----

----- A travessia sobre a Ribeira do Divor, pela Estrada Municipal 590, na zona da povoação de Courelinhas, troço entre Couço e Santana do Mato, privilegiando o desenvolvimento, das duas Freguesias, uma vez que esta estrada, serve uma das zonas mais ricas e de maior extensão no que respeita ao montado de sobro, obra esta também com promessa em campanha eleitoral, pelo PS, verbas para o PIDDAC zero. -----

----- A nova ponte sobre o Rio Sorraia, entre o Couço e Santa Justa, já com estudos de localização e projecto, continuam na estaca zero.-----

----- A travessia do Vale do Sorraia, com variante à vila de Coruche, no troço comum ao IC 10, continua metida ao esquecimento, sem se avistar no horizonte qualquer sinal de desenvolvimento para a sua iniciação. -----

----- Será que esta obra não virá a contribuir, para o Desenvolvimento económico do nosso Concelho, vencendo parte da crise, criando empregos e contribuindo para o bem estar social dos coruchenses e para quem nos visita.-----

----- Parece-nos haver falta de coerência política e de perspectiva no desenvolvimento do Concelho, entre aquilo que se propagandeia e o que efectivamente se fez, mas é bom lembrar esta Assembleia, que não é por obstrução política, por parte da oposição, porque o PS, dispõe de maioria no Governo, Assembleia da República, Assembleia Municipal, Câmara Municipal e em seis das oito Freguesias do concelho. -----

----- Apelamos, para que através da Assembleia Municipal, faça chegar ao Governo, a nossa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

interrogação, porquê o Concelho de Coruche, não tem verbas em PIDDAC, para estas obras tão importantes no ano de 2010.” -----

----- O Deputado Municipal Luís Alberto apresentou, em nome do Grupo Municipal da CDU, a **Moção “Pela Segurança no Concelho”** que a seguir se transcreve: -----

----- “A segurança no concelho de Coruche continua aquém do necessário, apesar de algum reforço de pessoal no posto de Coruche, o posto do Couço continua sem condições para funcionar por não ter pessoal, foi transformado num serviço intermitente de atendimento das 9 às 16 horas porque várias vezes não está lá ninguém e encerra por completo.-----

----- Recorde-se que a população da freguesia do Couço, já em 2002 e em 2006 se manifestou em dois abaixo-assinados pelo reforço de meios para que o posto do Couço funcione nas 24 horas do dia tendo como resposta a situação actual. -----

----- Num concelho extenso como o de Coruche, com dois postos de GNR, não se conforma com os meios existentes que apesar dos esforços do pessoal da guarda não é possível acudir em tempo útil às diversas ocorrências. -----

----- A Assembleia Municipal de Coruche, reunida em sessão ordinária de 26 de Fevereiro de 2010, delibera, exigir das autoridades competentes que:-----

----- Sejam urgentemente criadas condições em efectivos e meios materiais para uma efectiva segurança das pessoas e bens. -----

----- O posto da GNR no Couço seja reaberto 24 horas por dia com os efectivos necessários. --

----- Que esta Moção seja enviada às seguintes entidades: -----

----- Presidente da Assembleia da República -----

----- Grupos Parlamentares da Assembleia da República -----

----- Presidência do Conselho de Ministros -----

----- Ministro da Administração Interna -----

----- Governadora Civil do Distrito de Santarém -----

----- Comandante-Geral da GNR -----

----- Comandante Territorial de Santarém da GNR -----

----- Comandante do Destacamento Territorial de Coruche da GNR -----

----- Comandante dos Postos de Coruche e do Couço da GNR -----

----- Presidente da Câmara Municipal de Coruche” -----

----- O Deputado Municipal Rui Aldeano referiu: Queria reiterar as intervenções dos meus camaradas Armando Rodrigues e António Soares sobre as condições em que estamos a reunir. ---

----- Gostaria de lembrar o Senhor Presidente da Assembleia que no mandato passado estávamos os dois como eleitos na CIMLT, em que as condições eram idênticas, e em todas as sessões reivindicávamos melhores condições, porque não conseguíamos trabalhar com a documen-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

tação em cima das pernas. -----

----- Se observarmos bem, são essas as condições em que nos encontramos e a situação irá complicar-se naquelas sessões em que tivermos mais documentação. -----

----- A última vez que estive no edifício dos Paços do Concelho constatei que a parte da sala das reuniões que era destinada ao público está ocupada com outro serviço. Contudo, apelava a que se tentasse arranjar forma de voltarmos a reunir no edifício dos Paços do Concelho para que tenhamos as condições necessárias. -----

----- Seguidamente apresentou, em nome do Grupo Municipal da CDU, a **“Declaração sobre a saúde no concelho de Coruche”** que a seguir se transcreve: -----

----- “Temos que nos sentir orgulhosos e satisfeitos com estas conquistas para Coruche. Não tenho dúvida nenhuma em afirmar que há muitos concelhos que gostariam de ter esta realidade em matéria de saúde.” -----

----- Estas eram as palavras do Senhor Presidente em entrevista ao boletim municipal n.º 35, distribuído nos meses de Julho e Agosto de 2009. -----

----- No entanto e longe da realidade “ideal” que o Senhor Presidente referia, a situação no concelho de Coruche em matéria de saúde degradou-se imenso. -----

----- Com a abertura da USF e a não inclusão das extensões de saúde da Lamarosa e Biscainho nesta mesma unidade, as populações destas duas freguesias viram fortemente debilitado o seu acesso ao Serviço Nacional de Saúde. -----

----- Não estando estas duas extensões inseridas na USF e com 2300 utentes inscritos, era uma única médica que assegurava os cuidados médicos nestas duas freguesias. -----

----- Por transferência desta profissional, a pedido da mesma, os utentes das duas freguesias ficaram sem médico de família. -----

----- Foram feitas tentativas de contratação a médicos externos e foi através da compreensão de alguns profissionais que a situação se foi remediando embora que de forma muito débil. -----

----- Actualmente a situação está remediada, mas infelizmente não oferece às populações destas duas freguesias as melhores condições pois não estarão a receber apoio médico como estariam até Outubro de 2009. -----

----- Ainda na área da saúde, o nosso concelho continua a enfrentar o problema do atraso da abertura do SUB de Coruche. Serviço esse apregoado aos sete ventos e que era indicado como uma das grandes conquistas do nosso concelho, com a principal virtude de vir resolver os problemas de saúde por cá existentes e que deveria ter aberto em Outubro de 2009. -----

----- A CDU embora valorize a importância do SUB, continua a defender que em matéria de saúde o que iria realmente resolver as carências seria a construção de um hospital ao sul de Tejo, tal como nós mais uma vez propomos em PIDDAC. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

----- A falta de médicos no nosso concelho começa a ser um problema flagrante e segundo o que foi indicado pelo deputado António Filipe na sua visita ao concelho de Coruche, após a sua intervenção na Assembleia da República sobre este problema, é certo que a situação irá piorar nos próximos 5 anos. -----

----- O problema da falta de médicos é sobretudo causado pela falta de formação de médicos, mas é também um problema político. -----

----- São sem dúvida as populações quem mais estão a ser penalizadas com esta situação, fruto da má governação política que o país tem vivido. -----

----- Não basta então apresentar moções nesta Assembleia Municipal, como foi o caso da moção apresentada pelo PS na sessão de 18 de Dezembro de 2009. É necessário que se mude a política em relação à saúde e é essencial que se tomem medidas para que os coruchenses não se vejam privados do acesso ao direito à saúde devido à má gestão do governo PS e da passividade das suas organizações locais. -----

----- Medidas que podem até passar pela contratação de médicos estrangeiros e como tal deve ser exigido à Câmara Municipal, como órgão político que intervenha de forma activa para a solução do problema da falta de médicos no concelho de Coruche, pois o digno acesso aos meios de saúde é um direito dos coruchenses.” -----

----- A Deputada Municipal Edite Formigo apresentou, em nome do Grupo Municipal da CDU, a **Moção** que a seguir se transcreve: -----

----- **“8 de Março - Centenário do Dia Internacional da Mulher (1910 - 2010).** -----

----- Em homenagem a todas as mulheres que ao longo dos anos lutaram (em especial por aquelas que antes do 25 de Abril sem tibiezas e com determinação enfrentaram as forças fascistas) para que hoje seja possível viver em liberdade e democracia e reflectir sobre aquele tempo de miséria e opressão, continuando a lutar contra políticas sociais e laborais que penalizam as mulheres em geral e sobretudo a sua condição de mães e trabalhadoras e, considerando: -----

----- O 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, que se comemora por todo o país, é um momento alto para a afirmação do movimento de mulheres pela igualdade de direitos e oportunidades, pela solidariedade entre mulheres vítimas de violência e discriminações, pela Paz e Progresso no Mundo. -----

----- Nesse mesmo dia, do ano de 1857, teve lugar aquela que terá sido, em todo o mundo, uma das primeiras acções organizadas por trabalhadores do sexo feminino. As operárias têxteis de uma fábrica de Nova Iorque entraram em greve, ocupando a fábrica, para reivindicarem a redução de um horário de mais de 16 horas por dia para 10 horas e o direito à licença de maternidade. -----

----- Estas operárias que, nas suas 16 horas, recebiam menos de um terço do salário dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

homens, foram fechadas na fábrica onde, entretanto, deflagrara um incêndio, e cerca de 130 mulheres morreram queimadas.-----

----- Em 1910, na II Conferência Internacional de Mulheres realizada na Dinamarca, foi aprovada a proposta apresentada, pela líder comunista alemã Clara Zetkin de, em homenagem àquelas mulheres, comemorar o 8 de Março como “Dia Internacional da Mulher”.-----

----- De então para cá o movimento a favor da emancipação da mulher tem tomado forma, tanto em Portugal como no resto do mundo.-----

----- A luta pelo voto feminino foi sempre o primeiro passo a ser alcançado no horizonte das feministas da era pós-Revolução Industrial. -----

----- A primeira mulher a votar em Portugal foi Carolina Beatriz Ângelo (primeira mulher a votar no quadro dos doze países europeus que vieram a constituir a União Europeia) em 1911, contornando a lei que só permitia votar aos cidadãos maiores de 21 anos que fossem chefes de família ou que soubessem ler e escrever (ela era médica, mãe e viúva).-----

----- No entanto só com o decreto-lei 19.694 de 5 de Maio de 1931 é que pela primeira vez, na história política do país, as mulheres foram consideradas como eleitoras. Este decreto, contudo, era bastante limitativo, pois permitia o voto apenas àquelas que fossem chefes de família, ou seja, às viúvas, divorciadas, separadas de pessoas e bens, com família própria e àquelas que estivessem casadas mas que os maridos estivessem no estrangeiro ou nas colónias. Não obstante só o podiam as mulheres que tivessem completado o ensino secundário ou fossem titulares de um curso superior com certificado. -----

----- A Organização das Nações Unidas (ONU) dedicou o ano de 1975 às mulheres, celebrando o Ano Internacional da Mulher, como faz com vários outros temas a cada ano. Foi a partir de então que a instituição resolveu oficializar a comemoração do Dia Internacional da Mulher todos os anos em 8 de Março. -----

----- De acordo com estatísticas deste organismo, uma em cada cinco mulheres foi violentada ou vítima de tentativa de estupro, enquanto em alguns países uma em cada três sofreu maus-tratos. -----

----- Em 2010, persistem as discriminações salariais, sendo comum as mulheres receberem salários menores que os homens em cargos similares, cresceram nos últimos tempos o desemprego feminino e a discriminação na busca por emprego inerentes à maternidade para as mulheres trabalhadoras. Muitas outras questões, sendo antigas, são hoje do domínio público e agravadas com a crise económica e política do país: a violência doméstica, a violência nos namoros, a prostituição, o tráfico de mulheres, as discriminações das mulheres imigrantes, o menosprezo com que se encaram as discriminações de género das mulheres deficientes. -----

----- A Assembleia Municipal de Coruche, reunida em 26 de Fevereiro de 2010, delibera: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

----- 1 - Reafirmar que o 8 de Março deverá servir para o mundo homenagear as mulheres que lutaram, celebrar as vitórias alcançadas e convidar a reflectir sobre o papel e a dignidade da mulher e levar a uma tomada de consciência do valor da pessoa, perceber o seu papel na sociedade, contestar e rever preconceitos e limitações que vêm sendo impostos à mulher.-----

----- 2 - Considerar que o 8 de Março é uma data inolvidável no calendário das mulheres em geral e em especial das trabalhadoras, das intelectuais, independentemente da sua idade, que sonham por tornar possível o direito ao trabalho, o trabalho conjugado com os direitos de maternidade/paternidade. É uma data para valorizar o desejo de ser mulher ao longo da vida, reconhecendo que é o trabalho com qualidade que é factor fundamental para a realização pessoal e social da mulher. -----

----- 3 - Saudar todas as portuguesas e exortá-las à luta na defesa dos seus direitos, por uma sociedade mais justa, mais fraterna, visando a igualdade entre mulheres e homens. -----

----- 4 - Reclamar das forças políticas, e em especial do Governo, as soluções mais adequadas aos problemas específicos das mulheres, com a implementação de políticas económicas, sociais e culturais que combatam a violência de género não podendo esta ser tolerada em nenhuma das suas expressões: o desemprego, a precariedade, as baixas reformas e a pobreza, o tráfico de mulheres e crianças que atentam contra a própria dignidade humana, os homicídios de mulheres, os maus-tratos e os ataques com ácido. -----

----- 5 - Saudar em especial todas as mulheres do concelho de Coruche, em particular aquelas fustigadas pelo flagelo do desemprego e as de baixas condições financeiras provocadas pela precariedade e baixos salários, as que são vítimas de discriminação e de violência mas que, ainda assim, lutam para criar os seus filhos num país melhor! -----

----- Vale a pena comemorar!”-----

----- O Deputado Municipal Gonçalo Ferreira referiu: O Grupo Municipal do MIC tem uma declaração para fazer referente à última Assembleia Municipal, onde foi votada uma Moção da iniciativa do PS sobre a Regionalização e em que o MIC foi o único Grupo Municipal que votou contra. Nessa sequência, e sendo esta a Assembleia seguinte, vou ler a declaração e solicito à Mesa que seja transcrita para a acta e divulgada nos meios de comunicação social. -----

----- O Presidente da Assembleia salientou: Senhor Deputado, chamo-lhe a atenção que a Mesa não divulga as declarações dos Grupos Municipais.-----

----- Seguidamente o Deputado Municipal Gonçalo Ferreira apresentou a **Declaração** que a seguir se transcreve: -----

----- “Somos a favor do Municipalismo, da Descentralização, não da Regionalização.-----

----- Os objectivos da maçonaria ainda não foram todos cumpridos. Falta a regionalização. Desde 1820, que alguns sectores da sociedade buscam a criação da República Federal da Ibéria,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

que António Sardinha, o Pensador integralista, já havia denunciado em “a Feira dos Mitos” e “Ao Ritmo da Ampulheta”.

----- A regionalização, recusada pelos Portugueses, no referendo de 1998, implica perda do sentido de coesão nacional, esvaziamento das competências das autarquias e a criação de uma estrutura político-administrativa, que irá aumentar o já enorme peso do Estado na nossa sociedade.

----- Miguel Torga também não compreendia porque motivo estava o mundo a braços com o drama das diversidades e nós que há novecentos anos temos unidade na língua, nos costumes e na religião, a queríamos destruir desmioladamente. Até o socialista Mário Soares classifica a regionalização como um erro colossal, dizendo-se sim, “a favor da descentralização de muitos serviços e da desconcentração de decisões” afirmando ainda que “a regionalização iria criar uma nova classe de políticos, com tendência para retirar poderes às autarquias”.

----- Mas José Sócrates já decidiu que o país terá cinco regiões. Não serão quatro ou seis ou qualquer outro número a decidir pelas populações. No fundo esta manobra, trata-se apenas de lançar mais areia para os olhos dos Portugueses, com o intuito de desviar a atenção dos reais problemas do País, como tem sido apanágio deste executivo.

----- Onde está a descentralização deste PS no contexto da Saúde, da Educação?

----- Porque querem destruir a unidade nacional que existe desde a nossa fundação?

----- A perda do sentido de coesão nacional será inevitável. Um chefe de um governo regional tem que estar politicamente empenhado com a sua região, não tem que se preocupar com os problemas das outras regiões. Assim, a solidariedade das regiões mais ricas, para com as mais pobres que também deixariam de receber a acção equilibrada do governo central, seria de imediato abolida pelos novos sobas, oriundos das diversas máquinas partidárias.

----- Com a regionalização, o País sofrerá assimetrias bem maiores.

----- Os políticos tendem a gostar da regionalização porque esta criará mais cargos, muito apetecidos por quem vive da política profissional. Se as regiões vão ter alguma autonomia financeira, em vez de viverem penduradas no Orçamento de Estado, terão de poder elas próprias lançar impostos, de maneira a existir responsabilidade fiscal.

----- Ora lançar impostos regionais implica, ter um pequeno parlamento em cada região, isso apenas irá aumentar os custos de gestão do Estado, o número de cargos para as máquinas partidárias e o número de guichés a visitar quando se tem um qualquer ofício em mãos. A regionalização irá multiplicar os obstáculos às pessoas e às empresas e é disso que a corrupção também se alimenta.

----- O funcionalismo público cresceu nas últimas três décadas, de 200.000 para 750.000 funcionários. Portugal não se pode dar ao luxo de alimentar os 100.000 funcionários políticos que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

existem actualmente, quanto mais acrescentar os milhares que a regionalização irá criar, para nada produzirem e serem factor de imobilismo.-----

-----Somos a favor do Municipalismo através da acção descentralizadora do Estado, ao dar autonomia às unidades locais para gerirem os seus recursos, aumentando a sua responsabilização. Somos a favor da descentralização equilibrada, através da acção governativa conciliadora que deve ser o papel do Estado, assegurando mecanismos de prevenção e de controlo dos caciquismos locais. -----

----- Há países eficientes onde não existem regiões administrativas, no entanto podemos constatar, citando o exemplo do Brasil, que a adopção do federalismo em 1891, não contribuiu para equilibrar as assimetrias dos seus vários Estados, como ainda os fez divergir ao nível do desenvolvimento. -----

----- Actualmente, Portugal é um país litoralizado com um interior entregue ao abandono, entendemos ser emergente uma reorganização e uma verdadeira descentralização e desconcentração dos centros de decisão por parte do poder central, que visem enfrentar os problemas locais, através de uma delegação efectiva de poderes e competências. -----

----- No entanto, criar regiões à semelhança da Madeira e dos Açores, apenas multiplicaria as dificuldades, as assimetrias, a despesa e o aumento das conflitualidades em detrimento do todo Nacional.” -----

----- A Deputada Municipal Mara Coelho referiu: Relativamente à Moção apresentada pela Deputada Municipal Edite Formigo queria dizer que concordo plenamente que as questões de igualdade de género devem ser uma prioridade e devemos falar nestes assuntos, sobretudo no que diz respeito às matérias de violência doméstica e violência no namoro. -----

----- Essa é uma prioridade para o PS. Prova disso, é a criação da Secretaria de Estado para a Igualdade pelo governo de José Sócrates, na actual legislatura. -----

----- Esperamos ver a Senhora Deputada em algumas iniciativas que o Município de Coruche irá fazer no âmbito das comemorações do Dia da Mulher, sobretudo no dia 6 de Março, em que irá inaugurar uma exposição referente a mulheres que se destacaram no concelho de Coruche, anónimas a nível nacional, mas que merecem ser reconhecidas em vários sectores. É uma forma de quebrar um pouco a falta de presença dos eleitos da CDU nestas inaugurações e nestas comemorações e também por ser uma matéria do seu agrado. -----

----- O assunto que suscita a minha intervenção tem a ver com o despacho de arquivamento do processo do Observatório do Sobreiro e da Cortiça, de que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal falou no início desta sessão, e que o PS considera ser de ler e de ficar em acta. Passo a citar: -----

----- “Inquérito N.º 224/08.2TACCH -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

----- Os presentes autos tiveram a sua origem na construção, por empreitada, do edifício do “Observatório do Sobreiro e da Cortiça”, sito em Coruche, sendo que, por deliberação da Assembleia Municipal da Edilidade de Coruche, ocorrida em 4 de Abril de 2008, foi enviada aos Serviços do Ministério Público junto da Comarca de Coruche cópia do relatório produzido pela Comissão de Inquérito, constituída por deliberação da mesma Assembleia Municipal a 23 de Novembro de 2007, onde se dava conta, em síntese, de factos que, para além do mais, poderiam consubstanciar, em abstracto, a prática do crime de corrupção activa.-----

----- Tal relatório, constante de fols. 4 a 21, dá-se aqui por produzido.-----

----- Elaborado o respectivo inquérito por parte da P. Judiciária, no âmbito da sua competência, chega-se à conclusão, porém, que a situação em apreço não indicia a comissão de qualquer ilícito.-----

----- Na verdade, havendo sido inquiridas várias testemunhas, dos respectivos depoimentos e esclarecimentos não se colhe, quantum satis, que alguém possa e deva ser responsabilizado jurídico-criminalmente.-----

----- Para tanto, basta compulsar e compaginar iguais depoimentos provenientes e produzidos por parte das testemunhas, Dr^a. Fernanda Maria Ferreira de Carvalho Pinto, Presidente então, da Assembleia Municipal, Presidente da Câmara de Coruche, Dr. Dionísio Simão Mendes, Engenheiro José Manuel Pires Lamas, Presidente do Júri de análise das propostas apresentadas a concurso, Manuel Jorge Rodrigues Couceiro da Costa, que elaborou o projecto daquele edifício do “Observatório do Sobreiro e da Cortiça” e ainda José Luís Andrade de Almeida, por sua vez, responsável pelo projecto de estruturas daquele edifício - vde. respectivamente, fols. 111 a 112, 113 a 115, 116 a 118, 212 a 214 e 259 a 261.-----

----- Do mesmo modo, da análise e consulta dos diversos documentos juntos aos autos (vde. apensos 1 a 4), também nada resulta nesse sentido de responsabilização jurídico-criminal.-----

----- Porque não despreciando, diga-se que todas as acções e circunstâncias relativas ao concurso público e à empreitada foram visadas pelo Tribunal de Contas, o que deixa antever toda a normalidade e legalidade nas diversas actuações e procedimentos.-----

----- Estamos em crer que tudo não terá passado de uma mera questiúncula política, alimentada por diversos interesses e paixões partidárias.-----

----- Como já escreveu Luís Osório, in C. P. Penal Português, Vol. IV, fols. 441, devem considerar-se indícios suficientes aqueles que fazem nascer, em quem os aprecia, a convicção de que o réu - hoje arguido - poderá vir a ser condenado.-----

----- No mesmo sentido vai o disposto no art.º 283º. n.º 2, do C. P. Penal.-----

----- A dedução de qualquer acusação deverá ser pressuposto de toda a actividade jurisdicional de investigação, conhecimento e decisão. Ela afirma publicamente que sobre alguém recai uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

suspeita tão forte de responsabilidade que impõe uma decisão judicial, sendo, deste modo, a afirmação, pública e solene, de que a comunidade jurídica chama um seu membro à responsabilidade. -----

----- Uma acusação tem que se basear em factos devidamente indiciados e não em inferências, deduções ou induções sem qualquer fundamento e sem consistência lógica. -----

----- Como já supra se disse, a prova indiciária recolhida - ou melhor não prova - não é de molde a poder suportar uma acusação contra quem quer que seja, exigindo-se que esta seja credível, fundamentada, séria e oportuna.-----

----- Logo, perante este “non liquet et obscuratus est” e porque não se vislumbram quaisquer outras diligências, determina-se, sem mais, o arquivamento dos autos nos termos do art.º 277º, n.º 2, do C. P. Penal.”-----

----- A Deputada Municipal Mara Coelho referiu ainda: Este despacho vem no sentido das declarações que o PS nesta Assembleia sempre emanou, sobretudo quando foi apresentado o Relatório da Comissão de Inquérito promovida pela Assembleia, na sessão extraordinária de 4 de Abril de 2008. O PS publicamente tomou uma posição sobre esta matéria e que consta em acta: “Considerando que a referida Comissão mais não é mais do que um instrumento da coligação CDU/PSD com vista ao puro aproveitamento político.”-----

----- Na altura fomos achincalhados, considerados de anti-democratas, todos os nomes e mais alguns. -----

----- Na realidade o PS não foi anti-democrata, não foi irresponsável. O PS foi responsável, foi sério e percebeu desde o início qual era o fundamento desta Comissão. -----

----- Ainda bem que agora a justiça nos vem dar razão.-----

----- Volto a repetir, porque acho que devemos todos interiorizar para não voltarmos a cometer estes erros movidos pelas demagogias políticas, esta frase que parece-me a mim elucidar perfeitamente aquilo que se passou há um ano nesta Assembleia “Estamos em crer que tudo não terá passado de uma mera questiúncula política, alimentada por diversos interesses e paixões partidárias.”-----

----- A Deputada Municipal Liliana Pinto referiu: A minha proposta ia exactamente no sentido já referido pelo Deputado Municipal Abel Santos, de ser submetida à votação uma Moção de solidariedade para com a população da Madeira. -----

----- O Presidente da Assembleia referiu: Também tenho essa opinião. Propunha que os líderes das bancadas se juntassem, no intervalo, para consensualizarem uma Moção comum da Assembleia. Faria todo o sentido que isso acontecesse. -----

----- A Deputada Municipal Luísa Portugal afirmou: A Moção que foi aprovada nesta Assembleia sobre a saúde foi enviada para os serviços de que sou directora, à qual fiz uma resposta que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

certamente fará parte do correio da Assembleia. No entanto, essa resposta hoje já está desactualizada, daí gostar de prestar a informação de que, neste momento, na Lamarosa e no Biscainho temos um contrato com dois médicos por um ano. Penso que estão criadas condições para alguma acalmia, se é que posso dizer esta palavra, em relação à prestação dos cuidados de saúde.-----

----- Queria confirmar algumas das situações que o Deputado Municipal Rui Aldeano acabou de dizer. De facto, há um atraso no equipamento do SUB. Confirmo também que os próximos cinco anos serão complicados em relação à saúde no concelho de Coruche, pela simples razão da maioria dos médicos terem sessenta anos e nos próximos cinco anos atingirem a idade para pedir a sua reforma. Se tal acontecer com um número muito grande haverá alguma dificuldade. Por outro lado, não haverá médicos novos disponíveis para aceder aos vários concursos abertos para o Agrupamento dos Centros de Saúde e, nomeadamente, para Coruche.-----

----- Numa reunião havida na Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, com o Presidente, comigo própria e o Presidente da Câmara, foram debatidas estas questões. Na altura, o Senhor Presidente da Câmara disponibilizou-se para tudo o que fosse necessário, inclusive para uma possível contratação de médicos no estrangeiro por forma a solucionar o problema em Coruche. Essa disponibilidade foi registada e foi aceite, no entanto, estas contratações são a nível do governo e, portanto, não são pessoas individualmente que vão contratar profissionais de saúde a países estrangeiros.-----

----- Desde Outubro que temos em Coruche quatro alunos do 6.º ano da Faculdade de Medicina de Lisboa. Estão em alojamento cedido pela Câmara. Isto é uma coisa relativamente simples, mas já está a ter alguns efeitos, porque é a primeira vez que contactam com a realidade da medicina fora dos grandes centros e dos grandes hospitais.-----

----- Relativamente à Moção que a Deputada Municipal Edite Formigo nos trouxe, se o Senhor Presidente a colocar à votação, claro que votarei a favor, mas não posso deixar de dizer que muito me afasta da forma como foi redigida. A Deputada Edite Formigo baseia-se numa desigualdade perante as mulheres na sociedade como fosse uma luta de classes e é aqui que eu não posso concordar. As mulheres são mesmo discriminadas, mesmo as que não são pobres, mesmo as que têm cursos superiores, mesmo as que conseguem conciliar a sua vida profissional e ainda no mesmo grau de emprego têm salários mais baixos.-----

----- A questão de igualdade de género é uma igualdade da condição de ser mulher, não é uma questão de luta de classes dos pobres contra os ricos.-----

----- O Deputado Municipal Joaquim Banha referiu: Não queria deixar passar em claro o documento que o MIC apresentou sobre a Regionalização, com o qual discordo. Apresenta-se um aumento do número de funcionários públicos, como se isso fosse verdade. Ignoram ou então não querem dizer tudo. Se repararmos nas diferentes direcções regionais que existem, se calhar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

depois deixarão de existir e passará a haver regiões com os seus órgãos naturais que responderão, como nós hoje estamos a responder, perante as populações e não estarão dependentes do governo de Lisboa ou da Comunidade Europeia. -----

----- Este documento do MIC faz-me lembrar o tempo em que o Presidente da Câmara era nomeado por Lisboa. Livrar-nos disso. Esse tempo já passou. -----

----- Penso que temos de ter é mais autonomia e quanto antes. -----

----- Relativamente à catástrofe que ocorreu na Região Autónoma da Madeira, primeiro que tudo, acho que esta Assembleia devia, de facto, aprovar um voto de pesar pelas mortes verificadas. Em segundo lugar, devemos manifestar a solidariedade desta Assembleia e dos coruchenses para com os madeirenses que foram fustigados por uma situação climatérica anormal e que juntaram a sua força e o seu querer para, passadas poucas horas da catástrofe, iniciarem a recuperação da sua terra. -----

----- Como pequeno contributo, propunha que fosse entregue o valor das senhas de presença desta Assembleia para ajudar as famílias madeirenses carenciadas e que fosse dado conhecimento ao Governo Regional da Madeira e aos órgãos de comunicação social. -----

----- O Presidente da Assembleia afirmou: Em relação à Moção de solidariedade com a população da Madeira e sobre as propostas apresentadas pelos Deputados Municipais Joaquim Banha, Abel Santos e Liliana Pinto, sugeria que os líderes das bancadas, no intervalo, redigissem uma Moção que seria única da Assembleia. Antes de entrarmos no período da Ordem do Dia procederíamos à sua aprovação. -----

----- O Deputado Municipal Joaquim Banha referiu uma coisa que acho que tem todo o sentido. Para sermos solidários não podemos sê-lo só em palavras, temos de sê-lo com a acção. Estou perfeitamente disponível para doar a minha senha de presença em prol das gentes da Madeira. ---

----- Antes de passarmos à votação das Moções não queria deixar de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. Há algumas situações referidas pelos Deputados Municipais Armando Rodrigues e António Soares, que colocam em causa a gestão camarária. -----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues usou da palavra. -----

----- O Presidente da Assembleia salientou: O Senhor Deputado tem toda a razão, mas eu também sou Deputado e Presidente da Mesa e estou a solicitar a intervenção. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Queria saudar esta Assembleia e aproveitar para prestar os esclarecimentos relativamente a alguns temas em que o Presidente da Câmara foi visado ou a própria Câmara. -----

----- Não sei porque é que isso é incómodo para alguns Vogais. É estranho, mas talvez tenha a ver com maus hábitos relativamente à Assembleia e à condução da mesma num passado recente, onde se favoreceu uma bancada durante um mandato inteiro. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

----- O Deputado Municipal António Soares, que normalmente é tido como tendo boa memória, na sua intervenção lamentou-se de já não ter boa memória. Quero corroborar exactamente isso, não tem boa memória ou sobretudo está com uma tendência para deturpar os factos. O Presidente da Câmara Municipal de Coruche e o Presidente da Junta de Freguesia da Lamarosa não mobilizaram ninguém para lançar a primeira pedra do futuro Lar da Lamarosa. No meu caso concreto, e penso que do Presidente da Junta de Freguesia, fomos convidados pela direcção do Centro de Dia para participar nessa cerimónia. Também fui convidado pelo Presidente da Associação de Solidariedade da Lamarosa a usar da palavra na qualidade de Presidente da Câmara e, penso eu, pelo facto da própria Câmara ter declarado o apoio à construção daquele equipamento.

----- Lamento tentar-se ridicularizar aqui o facto da Junta de Freguesia da Lamarosa ter passado um cheque em favor das obras. Acho que só devemos apoiar a Junta de Freguesia.-----

----- Se quisermos fazer crítica política ao governo, a este ou a qualquer outro, porque ainda não disponibilizou verba suficiente para construir o Lar, estou perfeitamente de acordo. Tentar ridicularizar os autarcas e apelidá-los de coisas que eles não fizeram, acho extremamente desagradável, ainda para mais quando os factos são bem evidentes. O que fizemos foi mostrar, como é nossa obrigação, todo o apoio e solidariedade para que aquela obra se faça.-----

----- Se alguém tentou a exploração política foi a CDU. Isso é que é lamentável. Mas passos concretos para resolver alguma coisa ainda não vi absolutamente nenhuns.-----

----- Em relação à situação que tem a ver com a cobrança de dívidas de água, a Câmara empreendeu um processo que continua a decorrer na tentativa de fazer essa cobrança. Os frutos não foram muitos, até porque as importâncias em causa são escassas e é extremamente difícil levar até ao fim processos de execução fiscal de tão baixa monta. Fizemos o levantamento de todas as situações de dívida, notificámos os devedores e temos vindo a cobrar essa mesma água.

----- Infelizmente, grande parte dessa dívida tem vindo a aumentar. Na maioria dos casos o aumento da dívida tem a ver com os mesmos consumidores, que usufruem de água que não pagam desde o início e servem-se dela abundantemente. Irresponsavelmente foi colocada água à sua disposição.-----

----- Nestes 200 mil euros de dívida uma grande percentagem está localizada em meia dúzia de pontos de consumo que todos nós sabemos quais são. Trata-se de situações absolutamente anómalas e abusivas, mas incentivadas pelo executivo municipal que instalou a água. É o caso das chamadas hortas sociais no Couço, da Azervadinha, da Quinta Nova, do Bairro do Couço onde vive etnia cigana.-----

----- Continuamos a prosseguir o objectivo de cobrar essa água e vamos levar os processos até ao fim. As dívidas que conseguirmos cobrar cobraremos, as que não conseguirmos cobrar é porque é impossível cobrar ou não nos é possível executar.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

----- Não escondemos nada no armário, não pomos nada dentro da gaveta. Não temos essa prática e somos transparentes nos actos que praticamos. -----

----- Relativamente à área destinada ao público aquando das sessões da Assembleia e que terá sido ocupada por outros serviço, daí deduzir-se que não é possível esta Assembleia aí reunir, tal não corresponde à verdade. Esta área sempre serviu no dia a dia para sala de reuniões e continua a ser sala de reuniões. Nos dias da Assembleia, ou de qualquer outra iniciativa que exija mais espaço, está sempre disponível. A opção de reunir aqui não tem nada a ver com essa situação. Tem a ver com uma opção da Mesa da Assembleia, segundo creio. Portanto, não há qualquer impedimento ou dificuldade para que isso venha a acontecer. -----

----- Em relação à saúde no Concelho, a Vogal Luísa Portugal já referiu grande parte daquilo que eu queria dizer, daí que não vou repetir. -----

----- Dizer só que se há um SUB no concelho de Coruche deve-se muito à iniciativa da Câmara Municipal e nada à iniciativa da CDU que, para baralhar e lançar poeira, até achava que o SUB fazia falta na freguesia do Biscainho e não na sede do concelho. Agora já não é o SUB o importante, o importante é o hospital a sul do distrito. Enfim, é chutar para o lado e mandar a bola para a frente. Pode ser que vá parar ao campo do adversário. -----

----- Estamos muito satisfeitos com o empenhamento que temos tido. O meu entusiasmo em Junho era muito e tinha razões para tal. Felizmente, daí para cá conseguimos iniciativas muito importantes: que o SUB se construísse em Coruche e a aquisição de uma unidade móvel da saúde (que já está no terreno). -----

----- Em Junho não imaginava o que ia acontecer mais tarde nas freguesias do Biscainho e da Lamarosa. Felizmente que esse problema já está ultrapassado. -----

----- São pequenas vitórias a favor da população que me enchem de orgulho e satisfação. -----

----- Lamento que algumas pessoas responsáveis e até com cargos importantes, eleitos locais, que são profissionais de saúde, se demitam daquilo que são as suas obrigações e prefiram exercer a sua actividade noutros concelhos e não dar o seu contributo quando a Lamarosa ou o Biscainho têm falta de médicos. Nem sequer voluntariamente ou a receberem dinheiro o querem fazer. Ou então, que às 8 horas da noite, quando no SAP de Coruche faltaram os médicos contratados para assegurar a noite, que esses mesmos profissionais de Coruche, residentes em Coruche, se vão embora e mandem fechar a porta, façam comunicados a denunciar o Ministério, mas não assegurem a assistência aos doentes de Coruche. Lamento bastante que as pessoas percam toda a sua humanidade, deixem de ser profissionais dignos e esqueçam a sua ética profissional por razões de ordem política ou partidária. Todas as outras vitórias, como o SUB, a unidade móvel de saúde, novos médicos no Biscainho e na Lamarosa, enchem-me de satisfação. -----

----- Estou perfeitamente de acordo com aquilo que foi dito pelo Vogal Luís Alberto em rela-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

ção a mais segurança no Couço. Todos desejamos mais segurança no Couço, na Lamarosa, no Biscainho, na Branca, mas isso parece que é esquecido. Quando vejo a CDU falar de segurança, fala sempre de segurança no Couço. Então na Branca, no Biscainho, na Lamarosa, na Arriça, nos Carapuções e em Santana do Mato? Só o Couço é que tem falta de segurança? -----

----- Também se deve dizer, porque é notório, que neste momento há mais dez elementos da GNR em Coruche. Parece que ninguém deu por isso. No dia a dia eu dou por isso, vejo mais GNR nas ruas em Coruche, nas estradas e caminhos municipais, junto das escolas do concelho e no Couço. Então não se dá por isso? Só criticamos? Só exigimos? -----

----- O Presidente da Assembleia salientou: Ultrapassámos em dez minutos o período de Antes da Ordem do Dia e ainda temos duas Moções para aprovação. -----

----- Está à discussão a Moção apresentada pelo Presidente da Junta de Freguesia do Couço, que como ouvimos visa a segurança na freguesia. Vou dar um prazo muito curto para discutir esta Moção, no máximo cinco minutos, não vai haver mais tempo. -----

----- O Deputado Municipal Joaquim Serrão afirmou: Em relação à Moção apresentada pelo Vogal Luís Alberto sobre a segurança, concordo perfeitamente que seja dada a máxima segurança às populações, não só da freguesia do Couço, mas de todas as freguesias. -----

----- Notei que ele se referiu à freguesia do Couço, mas também não o condeno porque é Presidente da Junta de Freguesia do Couço. De qualquer modo, acrescento que a segurança é sempre bem vista em todas as freguesias no nosso concelho. -----

----- Também já tinha notado que houve um crescimento de GNR no concelho. -----

----- Numa reunião do Conselho Municipal de Segurança foi explicado pelo Comandante da GNR de Coruche que fechando o posto do Couço haveria mais homens disponíveis para patrulhar inclusivamente a zona do Couço. -----

----- Não me compete a mim discutir tecnicamente esta matéria, como é que é melhor ou não é melhor. No entanto, estando para ser designado nesta Assembleia o Conselho Municipal de Segurança, acho este que também deve ter uma palavra a dizer. -----

----- Na minha opinião, devíamos discutir as Moções entre os Grupos Municipais. As Moções caem aqui e nós somos confrontados a votar contra, a favor ou a abstermos. Acho que seria melhor os Grupos Municipais falarem no intervalo e votarmos as Moções a seguir. Deixo esta proposta à Mesa para que os votos não saiam desgarradamente das várias bancadas aqui representadas. -----

----- O Presidente da Assembleia salientou: O Senhor Deputado está-me a pedir tempo para reunir com o seu Grupo Municipal, iríamos antecipar o intervalo e a seguir fazíamos a votação das Moções. Não tenho qualquer problema em fazer isso. -----

----- O Deputado Municipal Joaquim Banha referiu: Em relação à segurança, é claro que todos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

nós queremos mais segurança. -----

----- Convidava o Presidente da Junta de Freguesia do Couço a pôr na Moção algo em que se lê-se “nas diferentes freguesias rurais ou então em todo o concelho”, porque senão pode haver algum desinteresse em termos dos outros Vogais. -----

----- Quando se pretende segurança que seja, de facto, para todo o concelho. -----

----- É só uma chamada de atenção e penso que isso era fácil de resolver. -----

----- O Presidente da Assembleia referiu: A Moção é apresentada pela CDU e está elaborada. Não temos aqui a mesma situação das Moções sobre a Madeira em que sugeri que se conjugassem numa só. Não podemos estar a pedir à CDU para alterar a Moção. -----

----- O Deputado Municipal Joaquim Banha salientou: Pode ser alterada se o proponente o entender. É assim que funcionam as Assembleias. -----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues usou da palavra. -----

----- O Presidente da Assembleia referiu: Gostava que o Senhor Deputado falasse para o microfone. Não faz sentido as suas intervenções não constarem em acta. Por uma questão de bom senso o Senhor Deputado deve falar para o microfone e acabar com essa teimosia. -----

----- O Deputado Armando Rodrigues usou da palavra. -----

----- O Deputado Municipal Abel Santos referiu: Queria fazer um protesto sobre o procedimento regimental desta casa. Não há deputados de primeira e de segunda. O Senhor Presidente da Assembleia tem de fazer cumprir o regimento ou então isto não é democrático. -----

----- Estamos perante uma atitude totalitária e prepotente de uma pessoa que se recusa a cumprir os seus deveres. -----

----- O Deputado Municipal Luís Alberto referiu: Possivelmente li mal a Moção, porque não foi perceptível. Apresentei uma Moção relativa à segurança no concelho. Contudo, refiro na mesma os dois abaixo-assinados feitos na freguesia do Couço. Agradecia que o Senhor Presidente lê-se a Moção, porque há aqui um equívoco. A Moção não é só sobre a freguesia do Couço. -----

----- O Presidente da Assembleia colocou à votação a Moção “Pela Segurança no Concelho”. -

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com dezasseis votos a favor (oito da CDU; seis do PS - Primeiro Secretário e Deputados Municipais Filipe Justino, Joaquim Paulino, Francisco Godinho, Jacinto Barbosa e Mário Ribeiro; dois do MIC), um voto contra do PS (Deputado Municipal Joaquim Banha) e onze abstenções (dez do PS e uma do PSD), aprovar a presente Moção. -----

----- O Deputado Municipal José Teles apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “Abstive-me e deixo apenas uma sugestão – era importante saber quem contribuiu para o estado de insegurança que se vive no Couço.” -----

----- O Deputado Municipal Joaquim Serrão apresentou a seguinte declaração de voto: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

----- “A minha abstenção deve-se ao facto que indiquei aquando da discussão da Moção e também ao facto da Moção não fazer nenhuma referência ao trabalho que a GNR tem feito no concelho de Coruche para que exista segurança, ao facto de deixar perceber que a GNR é uma força que pouco trabalha, que pouco investe e que descara a segurança no concelho, o que não é verdade. Sabemos que a GNR faz o possível e essa referência não foi feita e devia ter sido feita na Moção.” -----

----- O Deputado Municipal António Soares apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “Votei a favor desta Moção porque a segurança é um bem necessário a todas as pessoas, independentemente das várias etnias. -----

----- No meu entender, aquilo que está escrito na Moção não procura criar grupos de pessoas que têm de ser seguras e outras que não têm de o ser. É uma Moção de todos nós. -----

----- Causa-me alguma estranheza ouvir aqui algumas intervenções. Só espero que as pessoas que estão a colocar essas dúvidas não tenham alguns percalços e precisem de ajuda.-----

----- Acho que a segurança devia ser um assunto pacífico, que não levaria a uma discussão destas e com estas dúvidas. -----

----- Se eu chegar ao concelho de Almeirim não tenho de ter segurança? Daí que o meu voto a favor é naturalmente pela segurança em todo o lado.-----

----- É certo que as forças de segurança têm os seus limites, mas nunca é demais que nós aqui o possamos afirmar. Porque não?” -----

----- O Deputado Municipal Joaquim Banha apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “Votei contra porque a Moção reduz a questão da segurança à freguesia do Couço e devia alargá-la a todo o concelho”. -----

----- O Presidente da Assembleia colocou à discussão a Moção “ 8 de Março - Centenário do Dia Internacional da Mulher (1910-2010)” .-----

----- O Deputado Municipal Abel Santos referiu: Nós vamos votar contra esta Moção por uma série de imprecisões e inverdades históricas e pelo facto de acharmos que o que devia ser votado era um voto de pesar pela forma como as mulheres são mal tratadas no nosso país e também no resto do mundo. -----

----- São mais discriminadas, são mais mal tratadas do que há quarenta ou cinquenta anos atrás. Houve uma evolução, mas neste momento temos mulheres a sofrer de uma forma calada e violentadas de uma forma sistemática.-----

----- Penso que devia haver aqui um voto de pesar pela situação dramática em que as mulheres se encontram e porque não vejo que haja nada para comemorar em termos da melhoria das condições de vida das mulheres do nosso país. -----

----- Nesse sentido vamos votar contra.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

----- O Deputado Municipal Filipe Justino referiu: Vou apoiar esta Moção, e ao contrário do que disse o Vogal Abel Santos, penso que muita coisa ainda ficou por dizer. -----

----- Corroboro das palavras da colega de bancada Luísa Portugal. De facto não é uma luta de classes, é uma luta das mulheres. -----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues usou da palavra. -----

----- O Deputado Municipal Rui Aldeano referiu: Irei votar a favor da Moção e queria dar uma achega do porquê do meu voto. -----

----- Quando falamos na luta das mulheres pela igualdade, por uma sociedade mais fraterna, realmente encaixa-se numa luta de classes. Ninguém se esqueça que as mulheres das classes mais desfavorecidas, principalmente as mulheres operárias, têm muito mais dificuldade em se afirmar do que as mulheres com uma licenciatura. De facto não são iguais e é aí que existe luta de classes. -----

----- Esta Moção tem um objectivo claro, é relembrar o 8 de Março, para que não nos esqueçamos do que se passou. Não temos que esquecer o passado, temos que aprender com o passado e trabalhar para o futuro. -----

----- Um voto de pesar o que iria fazer era esquecer o 8 de Março. -----

----- O Presidente da Assembleia colocou à votação a Moção “8 de Março - Centenário do Dia Internacional da Mulher (1910-2010)”. -----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte e quatro votos a favor (dezasseis do PS e oito da CDU), dois votos contra do MIC e duas abstenções (uma do PS - Primeiro Secretário e uma do PSD), aprovar a presente Moção. -----

----- A Deputada Municipal Liliana Pinto apresentou a seguinte declaração de voto:-----

----- “O sentido da minha votação não vai obviamente contra as mulheres ou os direitos das mulheres, antes pelo contrário.-----

----- Acho que as mulheres têm de ser tratadas de forma igual aos homens naquilo que são iguais e naquilo que são diferentes têm de ser tratadas de forma diferente. -----

----- Não me parece que a Moção coincida com a maneira como eu vejo as coisas. Quero continuar a ser mãe e não quero ser pai, quero continuar a ser mulher e não quero ser marido. -----

----- Como tal, não concordo com o espírito geral da Moção, ou se calhar, com algumas questões em particular que foram referidas e por isso o meu voto de abstenção.”-----

----- A Deputada Municipal Mara Coelho apresentou a seguinte declaração de voto:-----

----- “Votei favoravelmente esta Moção porque concordo com o princípio geral que nela foi apresentado.-----

----- Contudo, queria ressaltar que de facto faltou abordar alguns aspectos positivos e olhar para a questão de género do ponto da vista positivo e do ponto de vista daquilo que se tem feito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

para, efectivamente, existir uma maior igualdade entre homens e mulheres. Destaco, nomeadamente as campanhas desenvolvidas no âmbito da Comissão para a Igualdade de Género, de se ter tornado a violência doméstica num crime público, a lei da paridade e a lei da parentalidade. Foram instrumentos que na minha perspectiva deviam ter sido mencionados como instrumentos positivos para aproximar de facto a igualdade. -----

----- Não concordo que a questão de género seja uma questão de luta de classes, mas isso já nos levaria para outras questões.” -----

----- O Primeiro Secretário apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “Concordo com algumas das reivindicações constantes da Moção apresentada pela Deputada Edite Formigo. Como é óbvio, também concordo com o princípio da igualdade de género.

----- Parece-me, contudo, que o texto da Moção e a forma como ela é apresentada traça um quadro tão negro que, em minha opinião, não é aquele que se tem vivido nos últimos anos no país.-----

----- Também branqueia todo o investimento e todas as medidas que têm sido tomadas nos últimos anos pelos vários governos em prol da defesa dos direitos das mulheres. Governos não só do PS, mas também de outras cores políticas.-----

----- Se a Moção fosse enquadrada com estas medidas e com o esforço efectuado, muito provavelmente votaria a favor.-----

----- Assim, em minha opinião, não traduz na íntegra aquilo que é a realidade actual do país.” -

----- O Presidente da Assembleia referiu: Em relação à Moção sobre a Madeira, acho que faz todo o sentido que os líderes de cada Grupo Municipal se juntem no intervalo para comporem uma Moção única.-----

----- Seguidamente procedeu-se a um intervalo pelas vinte e três horas e quinze minutos.-----

----- Reiniciaram-se os trabalhos pelas vinte e três horas e quarenta minutos. -----

----- O Presidente da Assembleia solicitou a apresentação da Moção que foi consensualizada em relação à Região Autónoma da Madeira.-----

----- O Deputado Municipal Abel Santos apresentou a **Moção** que a seguir se transcreve:-----

----- “A Assembleia Municipal de Coruche, reunida a 26 de Fevereiro de 2010, aprovou, por unanimidade, manifestar o seu mais profundo pesar pelo infortúnio que atingiu a Ilha da Madeira e as suas gentes, em especial as famílias que perderam os seus entes queridos, associando-se à sua dor e ao seu sofrimento. -----

----- Mais, decidiu manifestar total solidariedade para com o Povo Madeirense, na certeza de que, com a ajuda e colaboração de todos os Portugueses, a Região Autónoma da Madeira reencontrará os caminhos do desenvolvimento e da prosperidade, na certeza de que nenhum apoio faltará à recuperação da ilha. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

----- Mais, se apela à participação de todos os Deputados Municipais que assim o entendem a entregar o valor da sua senha de presença como contributo para ajudar as famílias afectadas pela grave tragédia que se abateu sobre aquela região de Portugal.”-----

----- Dar conhecimento:-----

----- Governo Regional da Madeira-----

----- Governo da República-----

----- Presidente da República-----

----- Comunicação Social Local, Regional, Nacional e em particular da Região Autónoma da Madeira.”-----

----- O Presidente da Assembleia colocou à votação a Moção de solidariedade para com o povo da Região Autónoma da Madeira.-----

----- A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Moção.-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO UM - APROVAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-** Foi presente a proposta de Regimento da Assembleia Municipal para o mandato de 2009/2013.-----

----- O Presidente da Assembleia passou a palavra aos Deputados Municipais.-----

----- O Deputado Municipal Gonçalo Ferreira apresentou, em nome do Grupo Municipal do MIC, a **Declaração** que a seguir se transcreve:-----

----- “A revisão do actual regimento da Assembleia Municipal, visava a implementação de novas medidas que aproximassem os cidadãos coruchenses dos seus eleitos na Assembleia Municipal. Foi com esse objectivo, de propor novas medidas, que o MIC se apresentou, não se ficando apenas pela correcção da redacção do regimento actual, sem qualquer tipo de alteração significativa.-----

----- CDU, PSD e PS avessos à mudança e a um novo paradigma de participação cívica, não aceitaram a proposta do MIC para passar a intervenção pública dos cidadãos para o “Período de Antes da Ordem do Dia” preferindo assim manter a intervenção do público apenas no final das sessões, quer estas tenham o seu término à meia-noite ou às três da manhã. A manutenção desta situação no nosso entender, permite um maior desgaste por parte do público, não evidenciando por parte destas forças qualquer interesse em atrair maior participação e envolvimento por parte do cidadão comum nos trabalhos da Assembleia Municipal. Pensamos também, que assim se evita um esclarecimento mais amplo, quer por parte dos membros da Assembleia, quer por parte da população em relação aos assuntos e problemas trazidos pelos mesmos.-----

----- Não compreendemos como não existe a preocupação de se tentar eliminar condicionantes que influenciam a escassa assistência, que se verifica na generalidade das sessões.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

----- Não compreendemos, como nos regimentos de várias Assembleias Municipais de outras autarquias, as propostas do MIC são asseguradas e aqui foram liminarmente recusadas.-----

----- Não directamente relacionado com o regimento, o MIC propôs também que as reuniões públicas da Câmara e da Assembleia Municipal passem a ser transmitidas através de videoconferência, pela internet, pois entende que é uma medida essencial quer na aproximação aos cidadãos, quer na transparência e responsabilização dos eleitos. O MIC sugeriu ainda que as deliberações e respectivas votações das reuniões de Executivo e de Assembleia, sejam publicadas logo no site do município, em tempo útil. Estas propostas foram vistas com interesse por parte do PS.”

----- O Deputado Municipal António Soares afirmou: Senhor Presidente, desculpe a minha ignorância. Qual é a razão da designação de Deputados Municipais? Faz parte de alguma legislação que saiu recentemente?-----

----- Se somos tratados como Deputados, no Regimento deve constar Deputados e não Membros. No entanto, não se encontra a palavra Deputado Municipal em lado nenhum e aqui somos tratados como tal. -----

----- Não tenho nada contra Deputado ou Membro. Mas se somos Deputados, então o Regimento tem de ter lá explícita essa palavra. -----

----- O Primeiro Secretário referiu: Gostaria de fazer um resumo daquilo que foram os trabalhos de revisão do Regimento que apresentamos hoje para aprovação.-----

----- Como sabem, foi constituído um grupo de trabalho composto por um elemento de cada bancada com assento na Assembleia. -----

----- Reunimos no dia 28 de Novembro, nas instalações do Auditório Municipal, pegámos no Regimento em vigor no mandato anterior e tomámo-lo como documento base para a futura versão. -----

----- Nessa reunião não foi consensual um ponto em particular, a que o Deputado Municipal Gonçalo Ferreira já fez referência. -----

----- Na generalidade, todos os Grupos Municipais consideraram que o Regimento em vigor tinha a base daquilo que deveria ser o futuro Regimento.-----

----- Pretendeu-se fazer alguns ajustes, introduziu-se uma figura nova que foi sugerida pelo PSD (a “Conferência de Representantes” - órgão de consultivo da Mesa).-----

----- Verificaram-se, ainda, adaptações de terminologia e adaptações a alterações legislativas entretanto surgidas. Num artigo, consagrou-se expressamente os motivos que levam à perda de mandato dos Deputados Municipais.-----

----- Houve uma questão que foi discutida muito acaloradamente - saber se a intervenção do público deveria acontecer no “Período de Antes na Ordem do Dia” ou no final da reunião. Optou-se, face aos argumentos que foram apresentados, por manter a redacção anterior, ou seja,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

manter a intervenção do público no final da reunião. Excepcionou-se as reuniões temáticas marcadas para tratar de assuntos específicos, em que o público poderá intervir no início das Assembleias Municipais.-----

----- Pelo menos três elementos, tirando o MIC, consideraram que seriam essas as sessões com mais apetência para a participação e que podiam levar a uma maior participação. -----

----- O documento que se apresenta tem por base o Regimento anterior, que, em nossa opinião, era um bom Regimento e adequado ao funcionamento da Assembleia. O importante é ser cumprido e cumprindo-o parece-nos que facilmente se consegue levar a bom porto a condução dos trabalhos. -----

----- Quanto à terminologia “Membros”, “Deputados” ou “Vogais”, optámos por contemplar uma expressão neutra – “membros”. Há Deputados que não gostam de ser tratados dessa forma e outros preferem utilizar a designação de Vogais. Assim, cada um utilizará a terminologia que entender. -----

----- Da minha parte, acho que “Deputado Municipal” dignifica bastante as funções que aqui desempenhamos. -----

----- Foi esse o fim que a Mesa teve em vista e será essa a terminologia que será usada nas actas e nos documentos da Assembleia. -----

----- O Deputado Municipal Gonçalo Ferreira questionou: Gostava de saber em que ponto está a implementação da vídeo gravação das sessões da Assembleia. -----

----- O Primeiro Secretário referiu: Ainda bem que o Deputado Gonçalo Ferreira faz essa questão. Tinha aqui um ponto para falar e já me estava a esquecer. Tem a ver com a dinamização da página oficial da Assembleia na Internet. -----

----- Fazia o apelo a quem ainda não entregou as fotografias e a ficha com os dados pessoais, para o fazerem. Por um lado, a página da Assembleia fica mais completa. Já houve uma reformulação, possivelmente já tiveram oportunidade de ver. Procurámos tornar aquele espaço um pouco mais dinâmico. Por outro lado, a entrega das fotografias é essencial para podermos emitir os cartões de Deputado Municipal. -----

----- Em relação à questão da vídeo gravação da Assembleia Municipal e a outros aspectos que podemos incrementar na página, a “Conferência de Representantes” que é criada no Regimento é um óptimo espaço para essa reflexão. -----

----- Há ainda questões técnicas a ver com os informáticos sobre a possibilidade de se avançar com estas medidas.-----

----- O Presidente da Assembleia referiu: Sobre esta terminologia de Deputado Municipal ou Vogal, tem sido até aqui usado o nome de Vogal e neste mandato a Mesa decidiu utilizar a terminologia de Deputado Municipal. Isto é um assunto que não é consensual, nem é uniforme



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

mesmo em documentos oficiais. -----

----- No fim desta Assembleia tenho um envelope para distribuir aos líderes e vão ver um documento oficial de um organismo que nos chama Deputados Municipais.-----

----- Como disse o Primeiro Secretário, dignifica a Assembleia sermos tratados como Deputados Municipais, porque também o somos, não deixamos de ser Deputados Municipais. -----

----- De seguida colocou à votação o Regimento da Assembleia Municipal. -----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte e seis votos a favor (dezassete do PS, oito da CDU e um do PSD) e dois votos contra do MIC, aprovar o Regimento da Assembleia Municipal para o mandato de 2009/2013. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- O Deputado Municipal Mário Ribeiro apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “Voto a favor porque concordo com o Regimento. Sugeriria, no entanto, que a documentação da Assembleia pudesse estar disponível na internet. Assim, poupava-se muito papel.”-----

----- O Presidente da Assembleia referiu: Essa é a nossa intenção. Disponibilizar os documentos num local na internet e, depois, cada Deputado poder aceder e imprimir o que entender”.-----

----- Há aspectos legais que temos de ter em conta. Neste momento os documentos só podem ser colocados num sítio que é público. Estamos a analisar onde podemos colocar para depois cada um, com a sua password, poder ter acesso aos documentos. Não podemos dar acesso ao público de documentação que ainda não está aprovada, isso não é tão linear no aspecto jurídico. -

----- Digo-vos que se alguém quer acabar com o papel, esse alguém sou eu. -----

----- Seguidamente solicitou autorização para a continuação dos trabalhos, pelas zero horas. ---

----- A Assembleia autorizou a continuação dos trabalhos.-----

----- **PONTO DOIS - CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA - DESIGNAÇÃO DE DEZ CIDADÃOS DE RECONHECIDA IDONEIDADE:-** Em conformidade com o disposto na alínea j) do n.º 1 do Artigo 5.º da Lei n.º 33/98, de 18 de Julho e do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, a Assembleia Municipal tem de designar dez cidadãos de reconhecida idoneidade para integrar o Conselho Municipal de Segurança.-----

----- O Presidente da Assembleia Municipal referiu: Seguimos um critério, mas não o seguimos à risca. Face à composição da Assembleia caberia ao PS indicar seis cidadãos, à CDU três, ao MIC um e o PSD não indicaria nenhum. Entendemos que não faria sentido o PSD não designar ninguém e ficar completamente fora desta matéria. Assim, o PS nomeia cinco, a CDU três o MIC um e o PSD um.-----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues usou da palavra. -----

----- O Deputado Municipal Joaquim Serrão afirmou: No seguimento do reparo do Senhor Deputado Armando Rodrigues, tenho a referir que, em Julho último, foi convocado o Conselho



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

Municipal de Segurança e curiosamente das duas vezes que foi convocado não compareceram os elementos suficientes para produzir quórum. Da primeira vez faltou um elemento e da segunda vez faltaram dois. A Câmara fez algum esforço, posso testemunhar, inclusive telefonou-se a algumas pessoas, mas efectivamente não foi possível haver quórum e era uma reunião que considerávamos importante. Não foi a Câmara que teve a culpa, convocou as pessoas a tempo, mas estas, por alguma razão, não puderam estar presentes. -----

----- Em relação à sugestão do Vogal Senhor Armando Rodrigues relativamente à hora das reuniões do Conselho Municipal de Segurança, é uma questão que pode ser estudada. Avaliar-se melhor a possibilidade de fazer a reunião a hora diferente. De qualquer modo, os elementos têm de querer vir, se não quiserem vir é evidente que não haverá reunião.-----

----- Para integrar o Conselho Municipal de Segurança, passo a citar os nomes dos 5 elementos que o Grupo Municipal do PS propõe à Mesa desta Assembleia: Filipe Claro Justino, Alexandre Manuel Mesquita Tadeia, José João Cordeiro Pimentel, Jorge Minhós Faria Barata e Hernâni Manuel Ferreira Domingos. -----

----- O Presidente da Assembleia referiu: Solicitava às outras bancadas que apresentassem os nomes de quem os vai representar no Conselho Municipal de Segurança. -----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: O Grupo Municipal da CDU propõe: Fernando Aníbal Serafim, Armando Rodrigues e Carlos Alberto Garcia Basílio. -----

----- O Deputado Municipal Abel Santos referiu: Da parte do MIC será o Vasques Freitas Gomes. -----

----- Fazemos daqui um apelo que um organismo como este, que envolve um grande número de pessoas e de agentes, possa cumprir os seus objectivos em prol do Concelho de Coruche, reforçando a necessidade de uma segurança pública efectiva, o que não acontece actualmente. ---

----- A Deputada Municipal Liliana Pinto referiu: O PSD propõe Francisco Artur Gomes Gaspar. -----

----- O Deputado Joaquim Banha referiu: Os Presidentes de Juntas de Freguesia deviam fazer parte deste concelho.-----

----- O Presidente da Assembleia salientou: Estão por inerência.-----

----- De seguida, colocou à votação os dez cidadãos propostos pelos Grupos Municipais. -----

----- A Assembleia deliberou, por unanimidade, designar os seguintes cidadãos:-----

----- Filipe Claro Justino -----

----- Alexandre Manuel Tadeia Mesquita -----

----- José João Cordeiro Pimentel -----

----- Jorge Minhós Faria Barata -----

----- Hernâni Manuel Ferreira Domingos-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

----- Fernando Aníbal Serafim -----

----- Armando Rodrigues -----

----- Carlos Alberto Garcia Basílio -----

----- Vasques Freitas Gomes -----

----- Francisco Artur Gomes Gaspar -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- **PONTO TRÊS - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA:-** Em conformidade com o disposto na Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi conferida pela alínea d) do Artigo 5.º da Lei n.º 41/2003, de 22 de Agosto, a Assembleia Municipal tem de proceder à eleição de um Presidente da Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação. -----

----- De seguida, procedeu-se à respectiva eleição, por voto secreto, tendo participado vinte e oito Deputados Municipais. -----

----- Foram obtidos os seguintes resultados: -----

----- Jacinto Amaro de Oliveira Barbosa (Presidente da Junta de Freguesia de Coruche) - 17 votos. -----

----- Luís Alberto Ferreira (Presidente da Junta de Freguesia do Couço) - 2 votos. -----

----- Joaquim Rodrigo dos Santos Paulino (Presidente da Junta de Freguesia do Biscainho) - 1 voto. -----

----- Ilídio António Martins Serrador (Presidente da Junta de Freguesia da Fajarda) - 1 voto. ---

----- 7 votos em branco. -----

----- Foi eleito Jacinto Amaro de Oliveira Barbosa (Presidente da Junta de Freguesia de Coruche) para integrar o Conselho Municipal de Educação. -----

----- **PONTO QUATRO - CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL - ELEIÇÃO DE UM AUTARCA DE FREGUESIA:-** Em conformidade com o disposto na alínea e) do n.º 2 do Artigo 157.º do Decreto-Lei n.º 201/2005, de 24 de Novembro, a Assembleia Municipal tem de proceder à eleição de um autarca de freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal. ---

----- De seguida, procedeu-se à respectiva eleição, por voto secreto, tendo participado vinte e oito Deputados Municipais. -----

----- Foram obtidos os seguintes resultados: -----

----- António Vaz da Venda (Presidente da Junta de Freguesia de São José da Lamarosa) - 18 votos. -----

----- Ilídio António Martins Serrador (Presidente da Junta de Freguesia da Fajarda) - 2 votos.--

----- Francisco Guilherme Godinho (Presidente da Junta de Freguesia da Branca) - 1 voto. -----

----- 6 votos em branco. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

----- 1 voto nulo.-----

----- Foi eleito António Vaz da Venda (Presidente da Junta de Freguesia de São José da Lama-rosa) para integrar o Conselho Cinegético Municipal. -----

----- **PONTO CINCO - PROPOSTA DE REGULAMENTO DAS TAXAS MUNICI-PAIS:-** Foi presente o ofício n.º 1072, de 4 de Fevereiro de 2010, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por maioria, em sua Reunião Ordinária de 3 de Fevereiro de 2010, a qual fica a fazer parte integrante da presente acta. -----

----- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Cinco por parte do Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: A proposta que se apresenta decorre duma imposição legal. Foram criadas fórmulas para se chegar aos valores das taxas. O princípio base tem a ver com fazer reflectir nas fórmulas os custos da operação que conduziram a essa mesma taxa ou licença. Ou seja, quando se trata de licenciar um edifício fazer reverter no custo da taxa o valor real da operação desde que o processo entra na Câmara, passando por um tratamento administrativo, passando depois pela análise técnica, contabilizando-se toda esta despesa, seja com pessoal técnico ou administrativo, seja com gastos de equipamentos, de papel, etc. -----

----- Sabemos que nem sempre aconteceu assim, que a maior parte das taxas existem há muitos anos a esta parte e foram sendo actualizadas com o valor da inflação ou com valores decididos em Câmara ou Assembleia Municipal.-----

----- Há casos em que não há uma correspondência entre aquilo que é o custo real e o valor da taxa. A tendência será adaptar e aproximar todas as licenças e taxas ao valor real dessa mesma operação. A legislação a isso o obriga e a Câmara tem de dar cumprimento à legislação que está em vigor. -----

----- O que entendemos é que efectivamente a lei será cumprida, mas nos casos em que o desajuste é mais acentuado, vamos fazer essa aproximação de forma moderada, de modo a evitar sobrecargas muito grandes no pagamento das taxas por parte dos munícipes.-----

----- O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. ----

----- De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- O Deputado Municipal Rui Aldeano referiu: O Grupo Municipal da CDU irá abster-se neste ponto pelo seguinte motivo: É certo que se vai cumprir porque está na lei, mas também é certo que se vai fazer sentir nos bolsos dos munícipes um agravamento das taxas já existentes. Assim, como vão aparecer um conjunto de novas de taxas que têm a ver com aquele conceito que já falámos em sessões anteriores, do utilizador/pagador. Transferir para os cidadãos todo o custo, metendo em causa os serviços públicos em si e o seu cariz social. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

----- Como não defendemos esse tipo de política, embora seja admitida através da lei central, não podemos votar contra, mas também não iremos votar a favor. O que aqui está em causa é a desresponsabilização que a Administração Central está a tentar para financiar as autarquias. É basicamente o que este governo do PS está a fazer com este tipo de leis. Desresponsabiliza-se para financiar as autarquias e estas que se desenrasquem e que arranjam fundos. -----

----- O Deputado Municipal Osvaldo Ferreira referiu: Estive a olhar para este documento e de facto é bastante completo e de grande qualidade. Há que reconhecer o mérito dos técnicos municipais que integraram a comissão para a elaboração das taxas municipais. De notar, ainda, que a autarquia recorreu a consultores técnicos para apoiar a comissão neste trabalho que tem, de facto, uma grande complexidade técnica e que decorre da lei. -----

----- É importante salientar que os Artigos 7.º e 8.º prevêm a isenção de taxas. Abrange-se um grande leque de entidades e, eventualmente, a Câmara tem alguma arbitrariedade para isentar ou reduzir as taxas consoante as entidades que assim o requeiram. -----

----- Também o Artigo 9.º prevê a redução ou isenção de taxas no Centro Histórico. É de facto evidente a política do executivo e o reforço das medidas adoptadas para a revitalização urbana. --

----- Era isto que eu tinha a dizer e, de facto, louvar o trabalho dos técnicos municipais porque não é fácil fazer um trabalho desta natureza.-----

----- O Deputado Municipal António Soares referiu: O documento contém alguns erros e não se encontra completo. Veja-se, por exemplo, o anexo 2. -----

----- O Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Cinco.-----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte votos a favor (dezassete do PS, dois do MIC e um do PSD) e oito abstenções da CDU, aprovar a proposta de Regulamento das Taxas Municipais.-----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----- **PONTO SEIS - II ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO AO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL** - Foi presente o ofício n.º 539, de 25 de Janeiro de 2010, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por maioria, em sua Reunião Ordinária de 20 de Janeiro de 2010, a qual fica a fazer parte integrante da presente acta. -----

----- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Seis por parte do Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: O que estamos a fazer é o que outras autarquias têm de fazer, é transpor para os Planos Directores Municipais respectivos aquilo que são as determinações dos Planos Regionais de Ordenamento do Território, que são em termos hierárquicos de importância superior. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

----- O PROT de Lisboa e Vale do Tejo, no qual nos integramos, já está aprovado e já entrou em vigor. Agora trata-se de cada autarquia adaptar o seu PDM às orientações do PROT. Havendo pedidos de informação prévia e outros licenciamentos já entrados na câmara o PROT não tem, naturalmente, efeitos retroactivos. Isto é, imaginemos que vertemos para o PDM as orientações do PROT, mas há licenciamentos válidos por um ano e, não tendo terminado o seu prazo de validade, continua a ser possível aplicar aquilo que está previsto nesse pedido de informação prévia ou nesse licenciamento, ainda que não esteja harmonizado com as novas orientações do PROT. Isto decorre do princípio básico da não retroactividade da lei.-----

----- Em termos genéricos, o que estamos aqui a fazer é aplicar ou a transcrever para o PDM aquilo que o PROT de Lisboa e Vale do Tejo definiu e que tem de ser harmonizado com essas mesmas orientações.-----

----- O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. ----

----- De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais.-----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues usou da palavra.-----

----- O Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Seis.-----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte votos a favor (dezassete do PS, dois do MIC e um do PSD) e oito abstenções da CDU, aprovar a II Alteração por Adaptação ao Plano Director Municipal, nos termos do disposto no artigo 97.º, n.º1, alínea a) e no artigo 79.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 380/99, a qual se propõe que tenha o teor que fica em anexo à presente acta e que aqui se dá por integralmente transcrita para todos os efeitos legais.-----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----- **PONTO SETE - INTEGRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CORUCHE NA FUNDAÇÃO ALTER REAL:** Foi presente o ofício n.º 12376, de 15 de Dezembro de 2009, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por maioria, em sua Reunião Ordinária de 25 de Novembro de 2009, a qual fica a fazer parte integrante da presente acta.-----

----- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Sete por parte do Presidente da Câmara.-----

----- O Presidente da Câmara referiu: Este ponto vem na sequência de uma deliberação de Câmara, que tomámos em Setembro, e que tinha a ver com um desafio que a Fundação Alter Real lançou ao Município de Coruche para que este integrasse a Fundação, a qual tem como objecto gerir o património da antiga Coudelaria de Alter.-----

----- Um dos activos da Coudelaria é o cavalo Sorraia, uma espécie que tem muito a ver com o Concelho de Coruche.-----

----- Uma das preocupações da Coudelaria de Alter é promover o cavalo Lusitano, mas tam-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

bém o cavalo Sorraia.-----

----- A condição de integração passa por uma contribuição monetária de 50 mil euros que corresponde à quota de entrada inicial. A partir daí não há mais pagamentos por parte dos municípios ou de outras entidades. -----

----- Propusemos que essa entrada em dinheiro fosse paga num período de 10 anos e que fossem fixadas contrapartidas para o Município de Coruche – realização de uma iniciativa anual em Coruche levada a cabo pela Fundação Alter, com vista à promoção, valorização e divulgação do cavalo Sorraia; facilidade de acesso a estudantes, reformados e grupos organizados do concelho, com visitas a preços reduzidos; manutenção do núcleo de cavalo Sorraia existente e a sua promoção. -----

----- Na altura foi sugerido em reunião de Câmara que avançássemos com este protocolo, mas que tentássemos fasear o pagamento em dez prestações anuais. -----

----- Mais tarde fomos contactados pela Fundação Alter que, insistentemente, nos solicitou que realizássemos essa quantia em dinheiro num prazo de 5 anos. -----

----- Como ainda não tinha havido deliberação da Câmara e da Assembleia, o assunto foi submetido à Câmara e fixámos que o Município de Coruche aderiria à Fundação Alter Real com as contrapartidas e com o pagamento de 50 mil euros em cinco prestações anuais, a começar em 2010.-----

----- É essa proposta que vem aqui à Assembleia. -----

----- O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. ----

----- De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- O Deputado Municipal Rui Aldeano referiu: Num ano como o de 2010, de apertar ainda mais o cinto para os portugueses, pois irão continuar a sentir as dificuldades da chamada crise; --

----- No ponto anterior foi aprovado mais um conjunto de taxas em que os coruchenses terão também têm de apertar mais o cinto;-----

----- No âmbito da lei do financiamento das autarquias, que discutimos no anterior mandato, em que o próprio Presidente da Câmara admitiu que iria prejudicar a autarquia em termos financeiros; -----

----- Numa altura em que a autarquia argumenta que não tem condições financeiras para implementar a opção gestonária (que custaria 150 mil euros); -----

----- Parece-me de uma enorme incoerência a autarquia aderir a este tipo de iniciativas.-----

----- É certo que existe um plano de pagamentos, mas não pode haver dois pesos e duas medidas. São 50 mil euros e os trabalhadores da autarquia continuam à espera da implementação da opção gestonária que lhe foi prometida. Estes 50 mil euros poderiam servir para implementar, de imediato, a opção gestonária. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

----- O Grupo Municipal da CDU, em coerência com as posições que tem tomado até agora, vai ter que votar contra. -----

----- O Deputado Municipal Abel Santos referiu: É com muito agrado que vimos uma das bandeiras da nossa campanha eleitoral (preservar, divulgar e defender o cavalo Sorraia) ser adoptada pelo executivo. -----

----- Na sequência de um desafio que o Senhor Presidente da Câmara lançou à CDU na última Assembleia – propor uma solução para o terreno do Montinho do Brito – e no seguimento da adesão da autarquia à Fundação Alter Real, o MIC, pegando nesse desafio, toma a liberdade de sugerir a criação de uma infra-estrutura dedicada à equitação nesse espaço. -----

----- Se está previsto a Fundação vir a Coruche, trazer o cavalo Sorraia e cavalos de outras raças, penso que este espaço seria o mais adequado, dado que as infra-estruturas lá construídas se adaptam totalmente a esse fim e também para dar este particular enfoque ao cavalo Sorraia. Isto é de extrema importância, até porque Alpiarça aproveitou este filão ao nível comercial e turístico. -----

----- Espero que a partir de agora possa ser apoiado e dinamizado este pólo de desenvolvimento regional. -----

----- Também servirá para mobilizar a juventude para a prática saudável do desporto, a exemplo do que há anos aconteceu em Coruche com a escola de equitação da GNR. -----

----- Penso que por 10 mil euros por ano o desenvolvimento local o comércio, o turismo vão ser bastante beneficiados. -----

----- Nós vemos com bons olhos esta adesão do município à Fundação Alter Real. -----

----- O Deputado Municipal Fernando Serafim referiu: Considero que não há aqui elementos concretos para que possamos ter a ideia do que é a Fundação Alter Real. -----

----- Penso que, relativamente há pouco tempo, foi objecto, não direi de privatização, mas de passagem a Fundação, onde estão integradas diversas entidades privadas. -----

----- Acho estranho que uma entidade que era pública, com todo aquele valor acrescido e que promovia a preservação das raças portuguesas de cavalos, nomeadamente do cavalo Sorraia, tenha sido privatizada e que neste momento as câmaras municipais, e no caso concreto a de Coruche, estejam a integrar esta Fundação com este capital. -----

----- Se anteriormente não dava enquanto entidade pública, penso que há custos acrescidos neste momento. -----

----- Aparecer com o estatuto de fundador, quando há vários anos esta Fundação Alter Real foi criada? O que se passa concretamente? -----

----- Não esquecendo o valor para Coruche da raça do cavalo Sorraia, acho que a mesma, até agora, nunca mereceu por parte do município grande atenção. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

----- O Deputado Municipal Joaquim Serrão afirmou: Em relação a este apoio que a Câmara vai dar à Fundação Alter Real, a questão foi discutida na Câmara durante a vigência do anterior executivo e, efectivamente, os 50 mil euros propostos não são um valor baixo. No entanto, acho que este valor deve ser entendido como um investimento para que se mantenha esta raça. É uma raça que esteve em vias de extinção há cerca de duas ou três décadas, mas felizmente que não se extinguiu.-----

----- Quando uma raça é extinta toda a gente vem dizer que ninguém fez nada. O Estado não fez nada, as Câmaras Municipais não fizeram nada. Enfim, toda a gente devia ter feito alguma coisa e ninguém fez nada.-----

----- É um sacrifício financeiro que a Câmara vai fazer, mas penso que vale a pena. Se percorrermos este Ribatejo verificamos que há poucos cavalos Sorraia.-----

----- Há cerca de 25 ou 30 anos havia um núcleo de seis cavalos na Herdade do Pé Erra e parece que no Ribatejo eram só esses que existiam.-----

----- Acho muito bem que a Câmara preste este apoio para que no futuro não se venha a dizer que a Câmara Municipal de Coruche foi uma das responsáveis pela extinção desta raça.-----

----- O que o Senhor Presidente da Câmara anunciou em termos de actividades ligadas ao cavalo Sorraia a realizar em Coruche acho que merecem o nosso apoio.-----

----- O Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Sete.-----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte votos a favor (dezassete do PS, dois do MIC e um do PSD) e sete votos contra da CDU, aprovar a integração do Município na Fundação Alter Real, nos termos constantes na deliberação de Câmara de Novembro de 2009 e para os efeitos previstos no Artigo 53.º n.º 2 m) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.-----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----- Aquando desta votação não estava presente na sala o Deputado Municipal Armando Rodrigues.-----

----- **PONTO OITO - I ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2010:-** Foi presente o ofício n.º 1073, de 4 de Fevereiro de 2010, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por maioria, em sua Reunião Ordinária de 3 de Fevereiro de 2010, a qual fica a fazer parte integrante da presente acta.-----

----- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Oito por parte do Presidente da Câmara.-----

----- O Presidente da Câmara referiu: Trata-se de uma obrigação legal que o município através dos seus órgãos, Câmara e Assembleia Municipal, aprove o Mapa de Pessoal para cada ano civil.-----

----- Estamos perante a proposta de Mapa de Pessoal para vigorar em 2010. No fundo, são



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

pequenos ajustes que têm a ver com o funcionamento dos serviços. Não se trata de admitir novas pessoas, trata-se de transformar vínculos precários em vínculos definitivos. Por exemplo, pessoas que estão com contratos a termo passarem para tempo indeterminado. Não se pretende anular lugares, nem de abrir novos lugares, nem admitir novos quadros. Procura-se simplesmente gerir os recursos humanos que temos e garantir que aqueles que estão a terminar contratos a termo possam ver a sua situação estabilizada. Fundamentalmente é isso.-----

----- O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. ----

----- De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues usou da palavra. -----

----- O Deputado Municipal Abel Matos referiu: Queria aproveitar este ponto para voltar a solicitar à Assembleia que peça à Câmara a divulgação dos valores dos vencimentos de todos os funcionários, que são públicos, e aos quais os Deputados Municipais devem ter acesso. Gostava que essa informação fosse tornada pública e entregue aos Deputados Municipais. -----

----- O Presidente da Assembleia afirmou: Já solicitámos o documento à Câmara Municipal e a informação que temos é que, muito brevemente, o documento vai ser entregue. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Isso já foi despachado favoravelmente. No entanto, o executivo entende que deveríamos fazer essa listagem sem nomes, apenas por categorias profissionais. -----

----- O Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Oito. -----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com dezoito votos a favor (dezasseis do PS e dois do MIC) e nove abstenções (oito da CDU e uma do PSD), aprovar a I Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2010 que aqui se dá integralmente transcrita para todos os efeitos legais, nos termos e para os efeitos previstos nos Artigos 4.º e 5.º da Lei n.º 12-A/2008. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- Aquando desta votação não estava presente na sala o Deputado Municipal Sérgio Teles.--

----- **PONTO NOVE - RELATÓRIO ELABORADO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 10.º DA LEI N.º 24/98, DE 26 DE MAIO - ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO:-** Foi presente o ofício n.º 1527, de 18 de Fevereiro de 2010, da Câmara Municipal de Coruche, anexando o Relatório mencionado em epígrafe, que foi aprovado por maioria, em sua Reunião Ordinária de 3 de Fevereiro de 2010, o qual fica a fazer parte integrante da presente acta. -----

----- O Presidente da Assembleia referiu: Este Relatório já foi enviado a todos os partidos e, entretanto, chegou também à Assembleia Municipal. A Mesa agendou este ponto, embora haja prazo para os partidos se pronunciarem sobre esta matéria. -----

----- Não é um ponto para aprovar. No fundo é para constatar que o Relatório foi enviado. ----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues usou da palavra. -----

----- O Presidente da Assembleia salientou: O assunto não vai ser hoje colocado à votação porque não passaram os quinze dias legais para a pronúncia dos partidos. É para aprovar quando voltar de novo à Assembleia.-----

----- Agendei este assunto no sentido de dizer à Assembleia que procurámos cumprir os prazos sobre esta matéria. -----

----- O Deputado Municipal Abel Santos afirmou: Queria solicitar a correcção da nossa denominação e que consta no Relatório. -----

----- Entretanto, já solicitei essa correcção à Câmara quando recebemos este documento. -----

----- Aparecemos duas vezes com a designação incorrecta, não é “Movimento de Independentes por Coruche” e “Movimento de Cidadãos por Coruche”, mas sim “Movimento Independente de Cidadãos por Coruche”. Que seja corrigido porque a nossa denominação está errada.-----

----- O Presidente da Assembleia salientou: É uma nota que fica para os serviços fazerem a correcção. -----

----- **PONTO DEZ - ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:-**

Foi presente o Relatório da Actividade e Situação Financeira do Município, respeitante ao período de 10 de Dezembro de 2009 a 15 de Fevereiro de 2010, o qual fica a fazer parte integrante da presente acta.-----

----- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Relatório por parte do Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Não tenho nada de significativo a acrescentar a este ponto. Está transcrita no Relatório a informação dos diversos serviços sobre as actividades que está a ser desenvolvida e sobre a situação financeira do Município.-----

----- Queria ainda dar uma explicação, dado que há pouco não me foi dada a palavra, em relação à Fundação Alter Real e também sobre a revisão do PDM. -----

----- Em relação à Fundação Alter Real, se bem percebi, a questão era do porquê de sermos fundadores uma vez que a Fundação já existe a algum tempo. Ora, porque a Fundação assim nos considera. A Fundação foi constituída com o património da antiga Coudelaria de Alter que era, digamos, estatal. Foi atribuído esse património que serviu para constituir a Fundação Alter Real e a partir daí a gestão desta Fundação procurou juntar outros parceiros e dar-lhes o estatuto de fundadores.-----

----- Relativamente à sugestão que o MIC aqui trouxe sobre as actividades ligadas ao cavalo e às provas equestres se poderem fazer no Montinho do Brito, temos a ideia que aquele espaço pode no futuro juntar ali um conjunto de actividades ligadas ao desporto. Não actividades motorizadas, mas actividades saudáveis, digamos assim, desde uma pista de BTT ou de BMX, a acti-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

vidade equestre, o balonismo e outras iniciativas do género.-----

----- É um ótimo local, com cerca de quatro hectares, para desenvolver um conjunto de actividades paralelas, que sendo diferentes não se inviabilizam uma às outras. Podemos transformar o Montinho do Brito num pólo de actividades lúdicas, de lazer e desportivas e em que o cavalo e a actividade equestre pode também ter lugar. Faz todo o sentido.-----

----- Quanto à questão que foi aqui levantada sobre o PDM, neste momento estamos numa fase de revisão que passa por fazer a avaliação ambiental estratégica do concelho, a necessária adaptação ao PROT e a revisão da Reserva Ecológica Nacional, que tem sido uma das dificuldades maiores, dado que saiu legislação nova. -----

----- Continuamos à espera da CCDRLVT, da qual nós dependemos para as questões de ordenamento. É preciso operacionalizar a legislação em termos de transposição para o PDM. Durante um ano não houve um técnico na CCDRLVT para fazer o acompanhamento desta matéria junto das Câmaras Municipais. -----

----- Disseram que ainda não podíamos tomar decisões definitivas porque o que havia em termos de legislação era só indicativo. Falta regulamentar a legislação que, entretanto, foi produzida. Enquanto não sair essa regulamentação o que podemos fazer é abordagens e tentativas de interpretação da legislação. Ou seja, corremos o risco de estar a fazer trabalho que daqui por alguns meses poderá vir a ser deitado fora ou ter de sofrer novas correcções.-----

----- No entanto, a nossa estratégia foi darmos passos relativamente à avaliação ambiental estratégica no concelho com a equipa que está a fazer o PDM e ir aferindo essa avaliação com os técnicos da CCDRLVT. Embora eles não validem neste momento as nossas propostas, vão acompanhando-as, de modo a que quando a regulamentação legal sair, podermos, finalmente, fazer aprovar essas mesmas medidas.-----

----- Relativamente à sugestão que foi aqui dada, de a Assembleia tomar conhecimento do ponto da situação da revisão do PDM, parece-me muito bem. Se a Assembleia assim o entender, podemos marcar uma reunião de trabalho em que os técnicos municipais e os técnicos da empresa que está a desenvolver este trabalho do PDM farão a apresentação do ponto da situação. Ainda não estamos em fase de discussão pública, haverá um período de discussão pública onde todos podemos intervir. Embora haja um delegado desta Assembleia na Comissão de Acompanhamento do PDM, faz todo o sentido que haja uma reunião específica para tratar deste assunto em que o único ponto seja “Revisão do PDM”. É sempre importante colher opiniões ou pareceres.-----

----- Ficamos a aguardar, se a Assembleia assim o entender, que nos sugira uma data para se agendar essa sessão. -----

----- O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. ----

----- De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

----- O Deputado Municipal Rui Aldeano referiu: Todos nós, no mês passado, fomos surpreendidos por diversos órgãos da comunicação social, onde foi apresentado um relatório da REFER em que referia que a utilização dos passageiros na linha do Setil era, em média, de 700 passageiros por semana.-----

----- Sou um utilizador regular do comboio para Lisboa e tenho constatado que não será bem assim. Pelo menos, na ligação entre Coruche/Setil costumam viajar diariamente três a quatro pessoas, depois mais algumas em Muge e mais algumas em Marinhais. No entanto está longe daquele número. A Câmara até já sentiu a necessidade de contratar o serviço de táxis em vez de ter o contrato com a rodoviária por forma a baixar os custos.-----

----- Se calhar a Câmara tem dados concretos. Se realmente é verdade ou se é uma ilusão fundamentada com aquelas viagens dos reformados que foram patrocinadas pela autarquia.-----

----- O Deputado Municipal Abel Santos afirmou: O MIC apoia esta ideia de uma reunião aberta sobre o tema do PDM. Penso que é fundamental, para todos nós que temos responsabilidades em termos de eleitos locais, e para conhecimento do público, que a reunião seja agendada.

----- Fico muito agradado em relação àquilo que o Senhor Presidente da Câmara referiu sobre o espaço do Montinho do Brito (de poder congregar várias actividades de lazer, desportivas e saudáveis). Dada a situação actual de Coruche, onde os jovens têm muito poucas soluções para conviver, penso que é, de facto, um caminho a seguir.-----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues usou da palavra.-----

----- O Deputado Municipal António Soares afirmou: O Vogal Armando Rodrigues já falou sobre esta matéria, mas vou reforçar essa ideia porque acho este Relatório demasiado exaustivo em determinados pormenores e depois, noutros, falta o que é essencial (a não ser que o objectivo seja exactamente esconder). De facto, as obras são muito poucas e se falássemos só das coisas mais relevantes, resumia-se a uma ou duas folhas, mas também por aí não havia problema nenhum.-----

----- Acho que é demasiado exaustivo falar das fechaduras, dos portões, a não ser que seja para justificar algumas acções dos respectivos serviços, porque senão não punham aqui nada.-----

----- Deixo as seguintes questões, que o Senhor Presidente da Câmara poderá esclarecer, ou não:-----

----- Página 10 - Plano de Pormenor de Santo Antonino Sul. Conheço este assunto há tantos anos e está sempre “em análise nos serviços Técnicos”. Há alguma evolução? Tem algum prazo para terminar?-----

----- Em relação ao saneamento, se olharmos para as obras que estão previstas, estas terminam em Março de 2010, cuja execução é de 33%, 17%, 34%. Há uma obra que devia terminar em Fevereiro de 2010. Hoje é o último dia da semana de trabalhos e tem uma execução de 35%. Ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

há um desfasamento muito grande ou a informação não está correcta. O que é que se passa efectivamente? -----

----- Página 11 - ETAR de Santana do Mato “aguarda posse administrativa do terreno”. Tive oportunidade de ler o jornal “O Mirante” e na primeira página estava uma fotografia do Presidente da Junta de Freguesia de Santana do Mato, com um alicate na mão, e a indicação que se que se ia proceder à posse administrativa do terreno nesse dia. O que é que se passa efectivamente? Houve pressa só para o jornal tirar fotografias? Segundo me parece continua na estaca zero e, de facto, já lá vão uns anos. -----

----- Página 13 - Não consigo compreender, ou o meu português está desactualizado. Em relação ao Cartão Jovem “a idade de acesso passou de 26 para 30 anos”. Como é que isto funciona? É a partir dos 30 anos que se é jovem para ter o cartão ou é antes dos 30 anos? Gostava de uma explicação para perceber. -----

----- Página 18 - Arruamentos - Diversas obras com os prazos terminados. No entanto, passo nestes locais e vejo que elas ainda não estão concluídas. Haverá uma explicação?-----

----- Recordo-me que no anterior mandato veio a uma reunião de câmara um grupo de moradores da Azervadinha colocar uma questão relacionada com a falta de valetas na rua junto ao jardim de infância. Com estas chuvadas e os temporais que têm assolado ultimamente a nossa região, concerteza que têm tido problemas a esse nível. Que eu saiba, até ao momento, nada foi feito. Gostava que o Senhor Presidente da Câmara desse uma explicação, se assim o entender. ---

----- Em relação às obras em Santo Antonino estou a verificar que estão a ser anuladas as valetas existentes. Penso que do ponto de vista técnico está salvaguardado que as águas não corram a céu aberto. Deixava esta chamada de atenção para que não ocorra uma situação idêntica à da Madeira, a outros níveis pois as situações são diferentes. A água cai, os solos são arenosos, escorrem e é fácil entupir as sarjetas ou os sumidouros. Se aquelas águas deixarem de ter valetas exteriores ou se não estiverem bem dimensionadas, estamos sujeitos a que a rua se transforme numa ribeira e toda a zona baixa da vila apanhe com as chuvas. -----

----- O Primeiro Secretário referiu: Gostaria de fazer um comentário ao Relatório de Actividades, nomeadamente no que respeita aos processos judiciais que estão a decorrer contra a autarquia ou interpostos pela autarquia, mais especificamente à providência cautelar instaurada no Tribunal Administrativo de Leiria pela Freguesia do Couço contra o Município de Coruche.-----

----- É um assunto que é público e conhecido de todos nós. Prende-se com a questão de um lote de terreno que faz parte do loteamento da Zona Industrial do Couço e que a Junta de Freguesia do Couço tem vindo a reivindicar a sua propriedade. -----

----- Na sequência dessa reivindicação optou por interpor uma providência cautelar no Tribunal Administrativo de Leiria para tentar travar o negócio de venda do lote a um particular. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

----- O Tribunal decidiu sobre essa providência cautelar e fê-lo favoravelmente à Câmara. Veio dar razão à posição defendida pela Câmara desde o início – que era um lote que não tinha qualquer ónus e que quando foi adquirido pela Câmara estava livre de qualquer encargo. Como tal, estava perfeitamente integrado no loteamento da Zona Industrial. Foi essa a decisão do Tribunal Administrativo. -----

----- A minha intervenção vinha também no sentido de lamentar o facto desta guerra política ter atrasado alguns investimentos com interesse para a freguesia do Couço. Propunha-se um investimento para aquele lote que iria criar cerca de dez postos de trabalho. Numa freguesia como o Couço seria extremamente relevante um investimento que potenciase a criação destes postos de trabalho. -----

----- Infelizmente, com estas acções judiciais, o processo foi-se atrasando e só agora estamos em condições de assinar a escritura de venda do lote. O processo de obras que estava pendente na Câmara, têm-se vindo a arrastar graças a esta providência cautelar. É pena, eu via ali um investimento interessante para aquela freguesia. -----

----- Tenho as entidades públicas como pessoas de boa fé, como pessoas de bem, como exemplos para a sociedade e que devem ter uma postura exemplar. Acho lamentável que determinadas entidades públicas, para tentarem ganhar acções em tribunal recorram a estratégias de última hora. Lembro aqui uma limpeza apressada que a Junta de Freguesia do Couço fez no referido lote quando a providência cautelar já estava instaurada, ou estava praticamente para ser instaurada, cerca de um mês antes da audiência de julgamento. Foi a correr fazer a limpeza do lote e juntou as fotografias ao processo para tentar convencer o tribunal que desde sempre cuidava do lote. É público na freguesia do Couço que este era um terreno votado ao abandono, sem qualquer tipo de conservação, de manutenção ou limpeza. -----

----- Era este, se me permitem, o meu principal desabafo. -----

----- Quando nos queixamos tanto do estado da justiça neste país, uma entidade pública, que devia ser um exemplo para todos nós, recorre a estratégias para tentar obter uma decisão favorável de um tribunal. -----

----- Tenho pena que as coisas se processem desta maneira. Sinceramente, não é a minha forma de estar na vida e penso que também não é a de muitos de nós que aqui estamos nesta Assembleia. -----

----- O Presidente da Assembleia salientou: Foram postas aqui algumas questões, pelo que dava a palavra ao Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: A tradição já não é o que era. Ouvimos a CDU falar a duas vozes. Ora ouvimos o Deputado Municipal Armando Rodrigues dizer: o que é isso de intempéries? Mas há intempéries no concelho de Coruche? A seguir ouvimos o Deputado Muni-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

cipal António Soares a falar do temporal que tem assolado o concelho e as consequências do temporal para a Azervadinha, na Rua do Centro Social. Ora bem, não há intempéries, mas há temporal e causa grandes preocupações na Rua do Centro Social na Azervadinha, onde não estão a decorrer obras. Mas as intempéries já não são preocupação para estes Senhores Vogais quando se trata de obras novas que estão a decorrer e, portanto, não há problema nenhum com as intempéries. -----

----- Posso dizer que ontem apanhei uma chuvada junto ao Castelo quando fui visitar a obra da entrada norte. Choveu durante meia hora consecutiva e ninguém pôde trabalhar. Se mais consequências não houvesse, pelo menos meia hora sem fazer nada aconteceu devida à chuvada. -----

----- Todos sabemos que não é preciso haver cheias dentro da vila de Coruche para nos apercebermos que chove abundantemente. Basta olharmos os campos e logo damos por isso. -----

----- Evidentemente que os trabalhos ao ar livre sofrem com isso e originam atrasos. -----

----- O facto da câmara ter concedido prorrogações graciosas não é nada de anormal atendendo às condições climatéricas e atmosféricas.-----

----- Continuaremos a analisar estes assuntos mediante a solicitação de pareceres aos nossos técnicos e à fiscalização. Só depois a Câmara decidirá aquilo que entender relativamente a prorrogações graciosas do prazo de execução das obras. Achamo-las perfeitamente legítimas. -----

----- Há casos em que não temos aceiteado esses pedidos de prorrogação. Achamos que não se justificam e o empreiteiro paga multa pelo atraso. Pelo menos desde meados de Dezembro que chove praticamente todos os dias e muitos dos trabalhos ao ar livre não podem ter a mesma produtividade que teriam se não se verificasse este mau tempo. Podemos dizer que no Inverno é assim, mas há Invernos e Invernos e há condições mais adversas que outras. Este ano as condições têm sido muito adversas.-----

----- Relativamente à situação concreta da Azervadinha, ainda não temos nenhuma definição para a intervenção. É uma situação que acontece desde que aquela obra foi feita. Há um conjunto de soleiras de casas e acessos a garagens que têm uma cota inferior à cota da estrada. As valetas são em terra e, por vezes, transbordam e invadem os quintais, algumas casas e garagens. Não é uma situação dramática, mas é preocupante para quem lá vive. É uma situação que temos em mente para resolver. Estamos a fazer o projecto nos nossos serviços para, de seguida, intervir. ---

----- Em relação à obra de Santo Antonino Norte, é evidente que aquela obra está a ser construída com pluviais e as águas vão andar em condutas próprias. Há sumidouros na via para a substituição das antigas valetas, que eram tapadas com lajes de cimento, por condutas de pluviais. Também foi feita a divisão daquelas águas junto à entrada para as piscinas, na zona do café Tacão. Para norte as águas correm nesse sentido e para o lado do Castelo correm no sentido sul. Há, portanto, uma distribuição daquelas águas ao longo daquela via. As condutas estão dimen-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

sionadas para o volume calculado de águas naquela zona. Só correm para a estrada aquelas águas que entretanto não forem captadas pelos sumidouros, o que será bastante escasso tendo em conta que os sumidouros estão também devidamente dimensionados. Por aí estamos relativamente tranquilos. -----

----- A situação da Madeira não se põe aqui, não estamos a dificultar a circulação das águas, não estamos a invadir as linhas de água com construções. Estamos antes a tentar regularizar a situação de modo a que as águas sejam conduzidas por pluviais e dessa forma não destruam o património edificado e possam, de facto, chegar ao rio ou à elevatória nas melhores condições. --

----- Relativamente à questão que o Vogal Rui Aldeano colocou sobre a REFER, estava a querer dizer que os números de Setembro/Octubro/Novembro foram influenciados pelos reformados que circularam de comboio. É evidente que sim. Os números apurados pela REFER têm a ver com os passageiros que circularam no comboio, sejam reformados daquele programa de viagens que a Câmara fez, sejam outros quaisquer. Em Dezembro já não é assim porque não circularam reformados e em Janeiro também não. -----

----- É evidente que a circulação de pessoas não é tão grande como se desejava. -----

----- Também sabíamos que a adesão inicial não seria muito grande, por isso considerou-se um período experimental de três anos em que solidariamente a CP e as três Câmaras repartem por si os prejuízos de exploração. Sabemos que vai ser assim durante três anos. Ao fim desse período avaliar-se-á a situação e vamos decidir pelo melhor. Portanto, não me parece que esteja fora daquilo que era previsível. A própria análise da CP vai no sentido de ter tido numa adesão inicial até bastante mais interessante do que aquilo que estava previsto. Agora, não tem havido um crescimento acentuado do número de utilizadores, mas esperemos que esta tarefa de divulgação, de promoção da própria circulação ferroviária vá por diante e leve a uma maior utilização do comboio. -----

----- A propósito daquilo que são os termos como este Relatório é feito, é curioso que o Deputado António Soares, depois de criticar a minúcia e o pormenor, passou todo o tempo a falar de minúcias e coisas de pormenor que estão neste documento. Se elas cá não estivessem não teria argumentos para falar hoje sobre o Relatório de Actividades da Câmara. O que esteve a dizer consta na página 11, na página 13 e na página 14. Se não houvesse essa minúcia no Relatório não sei do que falaria. É claro que lhe reconheço imaginação, mas seria muito mais difícil falar deste Relatório. -----

----- Virem dizer que o Relatório é minucioso para atrapalhar as pessoas e para criar dificuldades, para não verem a realidade. Evidentemente que não é assim. É o modelo de Relatório que persiste há anos. Se calhar justifica-se condensá-lo mais. Esta minúcia não é para baralhar as pessoas, nem confundir, nem evitar o diálogo. Não tem nada a ver com isso. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

----- A maior parte das vezes os Vogais quando intervêm neste período falam de outras coisas e não daquilo que está no Relatório.-----

----- Relativamente àquilo que disse o Deputado Nelson Galvão, é evidente que é, de facto, incomodo duas entidades públicas, uma Junta de Freguesia e uma Câmara, andarem a discutir assuntos no Tribunal de Leiria. Infelizmente não resta outra solução porque há aqui uma atitude que achamos desajustada e absolutamente incompreensível.-----

----- O espaço que está em discussão é o da dita Antonica. Há pouco ouvia ali o comentário em voz alta do Presidente da Junta de Freguesia do Couço e registei-o. Dizia que se está a evitar a destruição de património. Isso é absolutamente falso. Quando a Câmara pôs os lotes à venda e quando houve uma pessoa interessada naquele lote, a Câmara colocou como condição que fosse mantido e conservado aquele edifício.-----

----- Este edifício tem o valor que tem, mas tem valor simbólico para a população do Couço. --

----- Também é verdade que a Junta de Freguesia do Couço nunca fez lá qualquer manutenção e que o espaço que hoje é o lote da Antonica nunca existiu antes como lote. O que a Câmara comprou à família Barreiras foram treze hectares virgula qualquer coisa, sem qualquer ónus, sem quaisquer impedimentos. Venderam-nos a totalidade do terreno e nunca nos informaram que havia qualquer ónus sobre aquele terreno e é isso que o vendedor continua a dizer à Câmara, que comprámos integralmente o que ali está.-----

----- Não queria estar aqui a fazer a devolução das críticas ou das piadas de ordem política, como essa do Vogal Luís Alberto de que queriam destruir aquele património. Acho que há património destruído de muito maior importância. Um deles tem sido referido diversas vezes, embora não seja muito conhecido pelas novas gerações – a demolição de uma igreja no Couço, no pós 25 de Abril. Era só a igreja mais antiga do Couço e uma das mais antigas do concelho. Foi simplesmente destruída por completo e no sítio dessa igreja estão lá hoje umas casas de banho.-----

----- Esta consciência da importância do património não é de hoje, é uma consciência que deve estar presente em todos nós e em qualquer acto.-----

----- Tivemos essa consciência ao definir o lote e ao termos uma proposta de compra e venda para o mesmo. Fixámos a obrigação de manter aquele edifício.-----

----- De modo que, parece-nos, que o Tribunal de Leiria fez justiça ao apreciar a providência cautelar.-----

----- É claro que a Junta de Freguesia do Couço vai recorrer, vai gastar mais dinheiro ou, então, vai encontrar um advogado amigo, como aquele que fez um parecer brilhante a favor da tal Comissão de Inquérito e que resultou naquilo que nós sabemos. A Comissão foi desautorizada pelo Ministério Público e ainda puxou as orelhas aos membros dessa Comissão.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 4
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

----- Espero que esta chicana política tenha fim rápido para ocuparmos o tempo com outras coisas mais importantes, gastarmos menos dinheiro com advogados, em processos que não levam a lado nenhum, e que só servem, evidentemente, para dar uma má imagem daquilo que são os autarcas e daquilo que é a política feita no concelho de Coruche. -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- O Presidente da Assembleia perguntou ao público presente se alguém pretendia usar da palavra. -----

----- Da parte do público ninguém manifestou interesse em usar da palavra. -----

----- **ENCERRAMENTO:-** E nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão, à uma hora e cinquenta minutos, do dia vinte e sete de Fevereiro do corrente, da qual para constar, se lavrou a presente acta, que eu, Nelson Fernando Nunes Galvão, Primeiro Secretário, subscrevo: -----

O Primeiro Secretário

O Presidente da Assembleia Municipal
